

## **2. Evolução do Sector Empresarial do Estado [1996-2001]**

### **2.1. Enquadramento**

A denominação Sector Empresarial do Estado encontra consagração legal no Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, segundo o qual este é constituído pelas empresas públicas e pelas empresas participadas.

Empresas públicas são aquelas em que o Estado ou outras entidades públicas estaduais possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma directa ou indirecta, uma influência dominante decorrente da detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, ou do direito de designar ou de destituir a maioria dos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização.

Empresas participadas são aquelas em que exista uma participação permanente (*i.e.* que não tenha objectivos exclusivamente financeiros, sem quaisquer propósitos de influenciar a gestão, desde que a respectiva titularidade não atinja uma duração, contínua ou interpolada, superior a um ano<sup>1</sup>) do Estado ou de quaisquer outras entidades públicas estaduais, por forma directa e indirecta, contanto que o conjunto das participações públicas não origine uma situação tipificável como de empresa pública.

Contudo, no âmbito deste documento, consideraremos apenas o universo de empresas públicas e participadas em que o Estado participa directamente, através da Direcção-Geral do Tesouro. O arrolamento integral da carteira de títulos detidos directamente pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro, é constituída pelas empresas constantes do quadro apresentado no Anexo 1, sendo a percentagem de participação no respectivo capital social, em 31 de Dezembro de 2001, a indicada.

Subsequentemente, e no que concerne às análises económicas e financeiras em que tal se indique, apenas se considerarão as que são participadas maioritariamente, ou as que – embora não maioritárias, pelo menos na posse directa do Estado – assumem relevância, designadamente pelo cariz estratégico do sector de actividade económica, digna de registo.

---

<sup>1</sup> Presume-se a natureza permanente das participações sociais representativas de mais de 10% do capital social da entidade participada, com excepção daquelas que sejam detidas por empresas do sector financeiro.

Assim, a carteira de títulos – de acordo com os critérios supracitados – detidos directamente pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro, é constituída pelas empresas constantes do quadro apresentado no Anexo 2, segundo os respectivos sectores de actividade económica, sendo a percentagem de participação no respectivo capital social, em 31 de Dezembro de 2001, a indicada.

No período em apreço, várias foram as alterações registadas ao nível da carteira de participações sociais detidas directamente pelo Estado, alterações que podemos enquadrar ora no processo de privatizações em curso, ora em diversos processos de reestruturação do sector, ao que acrescem os processos individuais de criação ou extinção de empresas específicas.

## 2.2. Processo de Privatizações

Com a revisão constitucional de 1982 e com a alteração da Lei de Delimitação dos Sectores<sup>2</sup> através do DL n.º 406/83, de 19 de Novembro, deram-se os primeiros passos no sentido da abertura à iniciativa privada de investimentos em sectores como o bancário, segurador, adubeiro e cimenteiro. A Lei n.º 84/88, de 20 de Julho, viria possibilitar a transformação das empresas públicas, ainda que nacionalizadas, mediante decreto-lei, em sociedades de capitais públicos ou de maioria de capitais públicos, devendo, contudo, o Estado manter o controlo absoluto da empresa. Foi com este enquadramento que se iniciaram as primeiras privatizações no ano de 1989 (UNICER, Banco Totta & Açores, Aliança e Tranquilidade).

Seria com a revisão constitucional de 1989 que veio a ser derogado o princípio da irreversibilidade das nacionalizações previsto na Constituição até aí vigente. No ano de 1990 foi criado o enquadramento legal para a devolução ao sector privado das empresas nacionalizadas, tendo sido aprovada a Lei Quadro das Privatizações (Lei n.º 11/90, de 5 de Abril). Ao completar o enquadramento regulamentar básico que possibilitaria a privatização integral das empresas do Estado, a Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, instituiu um conjunto de objectivos a serem visados com as privatizações:

- i) aumentar a competitividade das unidades económicas e contribuir para as estratégias de reestruturação sectorial e empresarial;
- ii) reforçar a capacidade empresarial nacional;

---

<sup>2</sup> Lei n.º 46/77, de 8 de Julho

- iii) promover a redução do peso do Estado na economia;
- iv) disseminar o capital das empresas;
- v) promover a redução da dívida pública.

Actividades económicas diversas foram sendo sucessivamente abertas à iniciativa privada, no âmbito da alteração da Lei de Delimitação dos Sectores. Esta viria a ser revogada em 1997, pela Lei n.º 88-A/97, de 25 de Julho, a qual passou a regular o acesso da iniciativa privada a determinadas actividades económicas.

Criadas as condições regulamentares, o final da década de oitenta marca, pois, o início do processo de privatizações e desde então, um longo caminho tem sido percorrido na implementação desta reforma.

## 2.2.1. Programas de privatização entre 1996/2001

### 2.2.1.1. Programa para o biénio 1996/97

O programa de privatizações para o biénio 1996/97 foi aprovado pelo Governo através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/96, de 5 de Março, proporcionando assim, um quadro de referência importante.

Cumprindo o Programa do Governo e respeitando a legislação vigente, em particular a Constituição e a Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, pretendia-se com a concretização do programa de privatizações atingir como principais objectivos: promover o reforço da competitividade da economia portuguesa, fortalecimento e consolidação dos centros de decisão privados de base nacional e promover a redução do peso da dívida pública

Em matéria de calendarização das privatizações o programa anunciava como princípio fundamental que as operações deveriam ser concretizadas ao ritmo que melhor compatibilizasse os interesses do Estado com a capacidade de absorção dos mercados de capitais nacionais e internacionais. Assim, nos termos do programa, a determinação do momento adequado à alienação de cada uma das participações do Estado deveria fazer-se atendendo aos ciclos económicos dos diversos sectores de actividade, bem como à conjuntura dos mercados financeiros nacionais e internacionais, com vista à maximização do valor da participação accionista a alienar, pelo que as decisões necessárias deveriam ser tomadas pelo Governo nos momentos e pelas formas mais oportunas e convenientes.

A referida Resolução do Conselho de Ministros definia, contudo, a título indicativo o seguinte calendário das principais operações de privatização previstas:

<b>PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES - 1996/1997</b>	
<b>RCM nº 21/96</b>	
<b>1) Sector financeiro</b>	
BFE - Banco de Fomento e Exterior, SA	
BBI - Banco Borges e Irmão. SA	
BTA - Banco Totta & Açores.SA	1996
<b>2) Outros sectores</b>	
ANA Aeroportos e Navegação Aérea. EP	1996/1997
ANAM -Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira. SA	
BRISA - Auto-Estradas de Portugal. SA	1997
CIMPOR - Cimentos de Portugal. SA	1996
CNP - Comp.Ncional de Petroquímica. SA	1996
CL - Companhia das Lezírias. SA	1996/1997
DRAGAPOR - Dragagens de Portugal.SA	1996
EDP - Electricidade de Portugal. SA	1996/1997
CPPE - Comp. Port. Prod. Electr.SA	
EN - Electricidade do Norte. SA	
CENEL - Electricidade do Centro. SA	
LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo. SA	
SLE - Electricidade do Sul. SA	
REN - Rede Eléctrica Nacional. SA	
ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo. SA	1996/1997
PEC - Produtos Pecuários e Alimentação,SA	1996/1997
PEC - Produtos Pecuários de Portugal. SGPS. SA	1996/1997
PEC- Nordeste. SA	
PEC - Lusa. SA	
PEC -Tejo. SA	
PEC-BAL.SA	
PETROGAL Petroleos de Portugal. SA	1997
PORTUCEL - Emp. Celulose Papel de Portugal. SGPS. SA	1997
PI - Portucel Industrial. SA	
Portucel Florestal. SA	
Portucel Tejo. SA	
GESCARTÃO. SGPS.SA	
Portucel Viana. SA	
Portucel Recicla. SA	
Portucel Embalagem. SA	
Companhia do Papel do Prado. SA	
FAPAJAL. SA	
INAPA. SA	
PT Portugal Telecom. SA	1996/1997
QUIMIGAL - Quimica de Portugal. SA	1996/1997
Anilina de Portugal. SA	
Quimigal Adubos. SA	
ATM. SA	
AQUATRO. SA	
ATLANTPORT. SA	
CUFTRANS. SA	
ECE. SA	
FISIPE. SA	
QUIMIPARQUE. SA	
SETENAVE - Estaleiros Navais de Setúbal.SA	1996
SN - Siderurgia Nacional. SGPS. SA	1996/1997
SN - Empresa de Serviços. SA	
Tabaqueira Empresa Ind. de Tabacos. SA	1996

Com o cumprimento deste programa de privatizações previam-se receitas da ordem dos 1895,4 milhões de euros, a aplicar parte na reestruturação financeira das empresas de capital público e fundamentalmente na amortização da dívida pública. Não adiantando um encaixe previsível para o ano de 1997, foi, contudo, previsto em sede do Orçamento de Estado que, caso o mercado de capitais e as taxas de juro evoluíssem de acordo com as previsões, o encaixe das privatizações deveria dotar o FRDP (Fundo de Regularização de Dívida Pública) com uma verba de 2045 milhões de euros.

#### 2.2.1.2. Programa para o biénio 1998/99

O programa de privatizações para o biénio 1998/1999 foi aprovado pelo Governo através da RCM nº 65/97, de 21 de Abril. Os princípios, critérios e objectivos fixados para nortear a actuação do Governo relativamente a este programa eram basicamente os mesmos que haviam sido definidos para 1996/97.

Em termos do universo das empresas privatizáveis, foi decidido que todas as empresas incluídas no programa de privatizações 1996-1997, relativamente às quais, por razões de conveniência e oportunidade, não se tivessem concretizado as operações de privatização até ao final de 1997, manteriam o carácter de empresas “privatizáveis”, podendo, por isso, ser objecto de privatização em 1998 ou 1999.

O Programa definiu que a fixação da data de privatização devia ser a que melhor coadunasse os interesses accionistas e patrimoniais do Estado, mesmo depois de concluídas as operações de reestruturação, regulação e regulamentação eventualmente a efectuar, não deixando de ponderar factores tão importantes como o ciclo conjuntural nacional e internacional do negócio da empresa, a conjuntura do mercado de capitais e a data de operações concorrentes a realizar noutros países, quando as vendas tivessem amplitude internacional.

Embora reconhecendo que estes factores condicionam de forma imprevisível o valor das empresas, e consequentemente, o encaixe global das operações de privatização, foi contudo estimada uma receita anual média da ordem dos 1995,2 milhões de euros.

As principais intervenções ao nível das privatizações previstas para os dois anos do Programa foram as que se enunciam a seguir:

<b>PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES - 1998/1999 RCM nº 65/97</b>	<b>Ano</b>
ANA - Aeroportos e Navegação Aérea, EP	1998
BRISA - Auto-Estradas de Portugal, SA (2ª fase)	1999
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SA (3ª fase)	1998
CL - Companhia das Lezírias, SA	1998
DRAGAPOR - Dragagens de Portugal, SA	1998
EDP - Electricidade de Portugal, SA (2ª fase)	1999
ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA	1998/1999
EPAC - Empresa Agro-Alimentação e Cereais, SA	1998/1999
GDP - Gás de Portugal (SGPS), SA	1998/1999
PEC - Produtos Pecuários de Portugal, SGPS, SA	1998/1999
PETROGAL - Petroleos de Portugal, SA (última fase)	1998
PORTUCEL - Emp. Celulose Papel de Portugal, SGPS, SA	1998
PI - Portucel Industrial, SA	
Portucel Florestal, SA	
Portucel Tejo, SA	
GESCARTÃO, SGPS, SA	
Portucel Viana, SA	
Portucel Recicla, SA	
Portucel Embalagem, SA	
SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1998
SN - Empresa de Serviços, SA	1998
Tabaqueira Empresa Ind, de Tabacos, SA ( 2ª e 3ª fases)	1999
TAP - Transportadora Aérea Portuguesa, SA	1998-1999
TERTIR - Terminais de Portugal, SA	1998

### 2.2.1.3. Programa para o biénio 2000/2001

No sentido de continuar a dar execução ao Programa do Governo em matéria de privatizações e de proporcionar um quadro de referência para a actuação dos agentes económicos e para a estabilidade dos mercados, aprovou o Governo, através da RCM n.º. 71/2000, de 1 de Julho, o programa de privatizações para o biénio 2000-2001, na mesma linha de actuação dos anteriores programas.

A referida Resolução do Conselho de Ministros definia o seguinte calendário indicativo para as principais operações de privatização:

<b>PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES</b> <b>RCM nº 71/2000</b>	
ANA - Aeroportos e Navegação, EP	2001-2003
BRISA - Auto-Estradas de Portugal, SA (4ª fase)	2001
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SA (4ª fase)	2000-2001
EDP - Electricidade de Portugal, SA (4ª fase)	2000
GALP - Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, SA	2002
PAPERCEL - Celulose e Papel de Portugal, SA	
Portucel Industrial, SA	2000-20001
SOPORCEL, SA	2000-20001
Portucel Telecom, SA (5ª fase)	2000-2002
TAP - Transportadora Aérea Portuguesa, SA	2001

Uma receita anual média de 1995,2 milhões de euros foi estimada para o biénio Junho 2000- Junho 2002.

### 2.2.2. Operações de privatização realizadas no período 1996-2001

De acordo com o quadro a seguir indicado, desde 1996 concretizaram-se 37 operações de privatização, envolvendo directamente um total de 20 empresas, distribuídas por sectores de actividade económica variados – petroquímica, banca, telecomunicações, indústria química, cimentos, tabaco, construção e reparação naval, indústria agro-alimentar, siderurgia, papel e pasta de papel.

Obtendo um encaixe de 15.919,8 milhões de euros no período considerado nesta análise, foram largamente excedidos os valores previstos nos Programas de Privatização e nos Relatórios do Orçamento de Estado. O mesmo encaixe poderá ainda ser comparado com o encaixe realizado no período 1989/95, i.e., 6.827,3 milhões de euros, correspondentes na sua grande generalidade às operações de privatização do sector bancário e segurador. O encaixe total obtido no período 1996-2001 é revelador não só da decisão política de intensificação das operações de privatização como uma das principais transformações estruturais da economia portuguesa, mas ainda da excelente capacidade de absorção dos mercados financeiros nacional e internacional.

As estimativas de encaixe do Programa de Privatizações para 1996 eram de 1.895,4 milhões de euros, tendo esse valor sido largamente ultrapassado, fixando-se em 2.362 milhões de euros, o que representa cerca de 25% mais que o previsto. Estes resultados poderão ser explicados pela evolução positiva

do mercado de capitais e ainda pela concorrência que foi possível estabelecer nos concursos de privatização do BFE e da Tabaqueira. Em 1997, o encaixe previsto de 2045 milhões de euros foi ultrapassado em 112%, facto a que não é estranho, novamente, a evolução mais positiva do que a esperada das cotações em bolsa.

Em 1998, o encaixe previsto era de 1.995,6 milhões de contos, sendo o realizado de 3.856,3 milhões de euros. Uma oportuna calendarização das operações de privatização da EDP e da CIMPOR, colocando as acções no mercado ainda numa fase de comportamento positivo do índice de acções, explica grandemente os resultados obtidos. Quanto à BRISA, embora a sua operação de privatização tenha ocorrido numa fase já de alguma instabilidade dos mercados, as características específicas desta empresa contribuíram ainda para uma elevada procura.

Apesar do sucesso das fases de privatização de duas das maiores empresas (BRISA e Portugal Telecom) o encaixe total realizado no ano de 1999 (cerca de 1.608,6 milhões de euros) ficou aquém do estimado. A este facto não será certamente alheio a inversão nos primeiros meses do ano da dinâmica verificada em anos anteriores no mercado de capitais. A criação do euro em Janeiro de 1999 e o subsequente processo de integração e globalização dos mercados financeiros deu origem a um desvio das aplicações a favor das bolsas europeias.

No ano de 2000, aproveitando ainda a recta final duma conjuntura favorável vivida a nível dos mercados de capitais, realizou-se um encaixe de 3.204,2 milhões de euros, resultante fundamentalmente das operações de privatização da PT, EDP e GALP, o qual ultrapassou as expectativas em 60%.

Já o ano de 2001, marcado por uma conjuntura altamente desfavorável para o mercado de capitais nacional, contagiado pelas principais praças internacionais, levou a que o Estado, numa tentativa de preservação dos interesses patrimoniais e ainda com o intuito de revitalizar o segmento de pequenos accionistas, optasse pela realização de duas operações de privatização muito específicas: OPV da BRISA e venda directa da *golden-share* do Estado na CIMPOR.



## Operações de privatização realizadas 1996/2001

Operações de privatização	Data	Modalidade	%capital privat	Encaixe Total 10 <sup>6</sup> euros
<b>1996</b>				
Companhia Nacional de Petroquímica - 1ª fase	24.04.96	V+D	99,0	63,2
Portugal Telecom - 2ª fase	11.06.96	OPV+OI	21,8	730,2
Banco de Fomento e Exterior - 2ª fase	28.08.96	CP	65,0	678,3
Cimpor - 2ª fase	15.10.96	OPV+OI	45,0	576,3
Companhia Nacional de Petroquímica - 2ª fase	18.10.96	OPV	1,0	0,6
Banco Totta & Açores - 3ª fase	19.11.96	OPV+OI	13,3	102,3
Tabaqueira - 1ª fase	19.12.96	CP	65,0	165,4
Agroquisa - Agroquímicos	23.12.96	OPV		0,2
Banco Comercial dos Açores 1ª fase	02.07.96	CP		41,2
Banco Comercial dos Açores 2ª fase	09.12.96	OPV		4,6
<b>Total 1996</b>				<b>2.362,0</b>
<b>1997</b>				
BFE - 3ª fase	07.02.97	OPV	3,5	28,1
EDP - 1ª fase	16.06.97	OPV+OI	29,6	1.952,7
SN -Longos - 2ª fase	04.08.97	OPV	2,3	2,3
Lusosider - 2ª fase	23.07.97	OPV	0,3	2,9
Quimigal - 1ª fase	29.08.97	CP	90,0	40,6
Portugal Telecom - 3ª fase	09.10.97	OPV+OI+VDE	26,0	1.824,0
BRISA - 1ª fase	21.11.97	OPV+OI	35,0	489,8
<b>Total 1997</b>				<b>4.340,5</b>
<b>1998</b>				
Cimpor -3ª fase	18.05.98	OPV+OI	24,5	654,9
EDP - 2ª fase	09.06.98	VDE	2,3	289,6
EDP - 3ª fase	29.06.98	OPV+OI	16,9	2.147,3
BRISA 2ª fase	09.11.98	OPV+OI	30,6	750,2
Quimigal - 2ª fase	31.07.98	OPV+OI	10	4,4
Setenave	22.04.98	VD	94,97	10,0
<b>Total 1998</b>				<b>3.856,3</b>
<b>1999</b>				
Carbolis	03.03.99	CP	100	3
Soporcel	19.01.99	OPV+OI	10,4	55,0
Tabaqueira - 2ª fase	24.09.99	VD	25	70,0
Companhia de Papel do Prado - 1ª fase	20.05.99	CP	95	30,7
Brisa - 3ª fase	24.05.99	OPV+OI	19,3	498,1
Fapajal	28.06.99	CP	99,27	4,1
Portugal Telecom - 4ª fase	12.07.99	OPV+OI	13,4	947,7
<b>Total 1999</b>				<b>1.608,6</b>
<b>2000</b>				
Dragapor		VD	100	3,1
GALP 2ª fase	13.07.00	VD	15,0	433,6
Tabaqueira - 3ª fase	13.07.00	OPV+VD	10,0	27,7
EDP	23.10.00	OPV+VD	19,43	1779
Portugal Telecom - 5ª fase *	04.12.00	OPV+VD	8,7	960,8
<b>Total 2000</b>				<b>3204,2</b>
<b>2001</b>				
BRISA - 4ª fase	16.07.01	OPV+VD	4,76	137,1
CIMPOR - 4ª fase	30.07.01	CP	10,05	410,1
<b>Total 2001</b>				<b>547,2</b>
<b>Total 1996-2001</b>				<b>15.918,8</b>

\* Inclui o encaixe da venda de ações da PT detidas pela CGD, no valor de 294,867,275 euros

\*\* OPV(Oferta Pública de Venda);OI(Oferta investidores institucionais);CP( Conc. Público);VDE(Venda Directa Parceiros estratégicos)VD(Venda Directa)

No caso da BRISA, cujos títulos são reconhecidamente estáveis e possuidores de uma rendibilidade atractiva, houve forte interesse a nível dos pequenos subscritores e público em geral (84% dos títulos privatizados), contribuindo assim para manter a liquidez do mercado. A venda directa da *golden-share* da CIMPOR, traduzindo-se na devolução integral à iniciativa privada da gestão dum exemplo de sucesso da internacionalização da economia portuguesa, cumpre um dos objectivos programáticos do programa – consolidação dos centros de decisão privados de base nacional, sem prejuízo dos interesses patrimoniais do Estado.

Apesar da conjuntura internacional, verifica-se que os objectivos propostos foram na generalidade já praticamente atingidos, tendo sido realizadas a maior parte das operações previstas para 2000 e 2001, geradoras dum encaixe total de 3.751,4 milhões de euros.

As operações não realizadas encontram-se dependentes da consolidação de processos de reestruturação sectorial – sector da pasta de papel- ou foram adiadas por manifesta alteração dos pressupostos de base, caso da TAP.

### 2.2.3. Aplicação das receitas de privatizações

No período 1996-2001 foram arrecadadas pelo Estado (FRDP), segundo o quadro a seguir indicado, receitas de privatização num total de 12.785 milhões de euros .

De acordo com a legislação em vigor<sup>3</sup>, as receitas de privatização podem destinar-se à amortização da dívida pública ou a novas aplicações de capital no sector produtivo (até ao limite máximo de 60%).

---

<sup>3</sup> Lei Quadro das Privatizações, Decreto-Lei nº 453/88, de 13 de Dezembro e RCM nº 55/93, de 22 de Julho

(em milhões euros)

FRDP - PRIVATIZAÇÕES	1996	1997	1998	1999	2000	2001	TOTAL
<b>1.) Receitas do Estado (FRDP)</b>	1901	4120	2556	1480	2313	415	12785
<b>2.) Saldo transitado do ano anterior</b>	19	146	22	112	542	752	
<b>3.) Amortização da dívida</b>	1457	3167	1443	627	735	281	7710
<b>3.1.) Saldo aplicar exerc seguinte p/ cump. limite legal de 40%</b>					194	235	
<b>4.) Aplic. capital sector produtivo</b>	342,3	1054,8	1025,0	430,3	1382,0	596,1	4830,7
<b>4.1.) Aumentos de capital</b>	342,3	1054,8	922,6	430,1	895,2	595,4	4240,6
APL.S.A.			15,0				15,0
ANAM	1,0	2,3	2,5				5,8
CGD			108,9				108,9
CARRIS		67,3	69,8		56,9	20,0	214,0
CP	124,7	301,7		149,6	349,2	99,8	1025,0
CTT			149,6		59,3		209,0
DOCAPESCA			7,5				7,5
DRAGAPOR				15,6			15,6
EDAB (Emp.Desp.Aerop.Beja)						0,1	0,1
EDIA	13,6	22,9	29,9	24,9	65,8	67,7	225,0
EDM			13,9				13,9
EMPORDEF		15,0	18,6				33,6
ENVC			30,5		9,7		40,3
FIEP - GRUPO CGD		39,9					39,9
FRME			44,9				44,9
FRMERMI			15,0				15,0
GALP				90,8			90,8
GESTNAVE		109,7	74,8	70,3	65,8	29,4	350,1
INDEP	3,5						3,5
JAE		42,1	34,9				77,1
METRO (Lisboa)	124,7	274,3	154,6		20,0	49,9	623,5
METRO (Porto)				0,3			0,3
NAER			0,2		0,2	0,6	1,1
NLP (Ag.Not Portugal)		2,3					2,3
P, EXPO			65,8	68,8	74,8	74,8	284,3
PORTUGAL GLOBAL,S,A,					78,1	48,3	126,4
RAVE - Rede Alta Veloc.S,A,						1,5	1,5
RDP						4,5	4,5
REFER		62,3	49,9		49,9	94,3	256,4
CGD						40,0	40,0
RTP	49,9	69,8				5,5	125,2
PORTUGAL 2001				5,0	10,0		15,0
PORTO 2001				4,7	10,0	21,6	36,3
STCP	15,0	24,9	20,9		26,4		87,3
TAP					11,5		11,5
TRANSTEJO	10,0	20,0	11,5		5,0	10,0	56,4
URBINDUSTRIA			3,7				3,7
POLIS (Total)					2,5	27,4	30,0
<b>4.2.) Empréstimos concedidos</b>			<b>102,3</b>				<b>102,3</b>
RTP			99,8				99,8
<b>4.3.) Aquisições de acções:</b>			<b>0,1</b>	<b>0,2</b>	<b>486,8</b>	<b>0,7</b>	<b>487,8</b>
REN - Rede Elect Nac.S.A.					486,8		486,8
LISNAVE						0,1	0,1

\* Inclui 8,5 milhões de euros de anulação de dívida em 1996.

\*\* Os saldos indicados no ponto 3.1., a serem aplicados no exercício seguinte para cumprimento do limite legal (artº 3º do DL nº 453/88, de 13/12), surgem na sequência do facto das receitas de privatização terem dado entrada no FRDP nos últimos meses dos anos 2000 e 2001.

### 2.2.3.1. Amortização da dívida pública

As receitas de privatização afectas directamente à amortização de dívida pública atingem, no período de 1996 a 2001, cerca de 8.139 milhões de euros.<sup>4</sup>, incluindo os saldos do ano 2000 e 2001 a aplicar no exercício seguinte.

É significativo o contributo que as privatizações têm vindo a dar à redução da dívida pública, como se pode constatar no quadro seguinte:

#### Aplicação das receitas de privatização na amortização da dívida pública

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Montante (milhões euros)	1457	3167	1443	627	929	516
Em % do PIB	1,68	3,4	1,44	0,58	0,81	0,42
Em % do stock da dívida pública	2,67	5,7	2,6	1,06	1,51	0,75

Obs: Os montantes referentes a 2000 e 2001 incluem os saldos referidos no ponto 3.1. do quadro anterior consignados ao cumprimento do limite legal dos 40%.

Aliás, o ano de 1997 foi particularmente importante nesta matéria, tendo sido possível reduzir 5,7 por cento da dívida pública existente, representando um esforço de redução da ordem dos 3,4 por cento do PIB.

Além da amortização da dívida pública, verifica-se ainda a utilização de receitas de reestruturação financeira das diversas empresas de capitais públicos, o que se reflecte numa redução das necessidades de financiamento do Estado, beneficiando assim indirectamente a redução da dívida pública.

### 2.2.3.2. Aplicações no sector produtivo

As receitas de privatização afectas, no período 1996-2001, ao sector produtivo atingem cerca de 4.831 milhões de euros (38% do total de receitas) e foram canalizadas na sua generalidade para aumentos de capital (cerca de 4.241 milhões de euros). O sector que mais beneficiou das receitas de privatização foi o sector dos Transportes (cerca de 47%), sendo de destacar a CP com 51% (1025 milhões de euros). O remanescente foi repartido pelas seguintes

<sup>4</sup> No período 1989-1995 foram canalizados 2960,4 milhões de euros

empresas: CTT, EDIA, GESTNAVE, REFER, P.EXPO, PORTUGAL GLOBAL e RTP.

#### 2.2.4. Valorização das acções das principais empresas privatizadas

Nesta secção procura-se avaliar sucintamente até que ponto as acções de algumas das principais empresas privatizadas, nos últimos anos, podem ser consideradas, *à posteriori*, como um bom investimento para o público. Nesse sentido, analisa-se a valorização bolsista das acções da EDP, da Brisa, da Portugal Telecom e da Cimpor, desde o momento da privatização da primeira tranche, até Fevereiro de 2002, tendo as respectivas valorizações bolsistas sido comparadas com a evolução do índice bolsista PSI30.<sup>5</sup> A referida comparação é feita no quadro seguinte, não sendo aí consideradas as eventuais distribuições de dividendos que entretanto possam ter ocorrido.

#### Índices de valorização acumulada (até Fevereiro de 2002) do PSI30 e das acções de empresas privatizadas data da primeira tranche = 100

		PSI30	PT			PSI30	BRISA
Data das tranches	Jun-95	117,3	187,3	Data das tranches	Nov-97	-0,5	83,4
	Jun-96	81,2	103,6		Nov-98	-25,1	7,9
	Out-97	3,9	15,5		Mai-99	-22,3	16,6
	Jul-99	-18,6	0,4		Jul-01	-5,7	0,0
	Dez-00	-24,2	-14,7				

		PSI30	CIMPOR			PSI30	EDP
Data das tranches	Jul-94	106,6	170,5	Data das tranches	Jun-97	12,7	-30,8
	Out-96	77,7	101,8		Jun-98	-32,9	-47,9
	Mai-98	-37,3	-7,2		Out-00	-28,2	-30,3
	Jul-01	-5,7	-12,7				

Fonte: Dados *Reuteurs*; cálculos DGEP

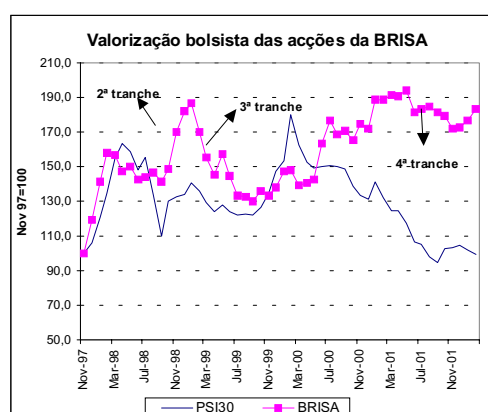
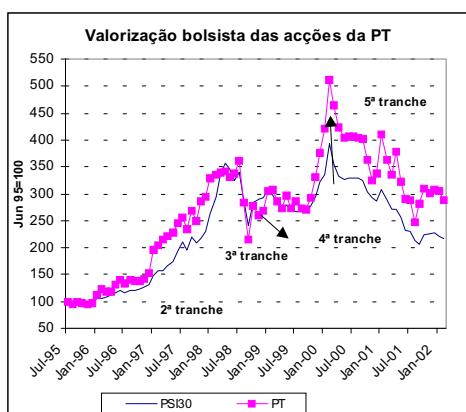
Em termos genéricos, e usando como base de partida o mês em que se efectuou a primeira tranche da privatização, é possível observar que enquanto as acções da Brisa e da PT apresentaram valorizações acumuladas melhores do que o observado para o índice PSI30, na última tranche privatizada, quer a EDP quer a Cimpor ficaram aquém do índice na última colocação no mercado. Com efeito, no caso da EDP e da Cimpor, as valorizações acumuladas a partir da última tranche foram respectivamente de -30,3% e -12,7%.

<sup>5</sup> Cálculos alternativos foram efectuados com o PSI20, tendo os resultados obtidos sido praticamente iguais.

No caso da PT, o melhor comportamento face ao mercado foi sempre observado ao longo de todas as tranches da privatização, entre 1995 e 2000. O mesmo comportamento de valorizações acima do mercado foi observado para as várias tranches da privatização da Brisa, entre 1997 e 2001.

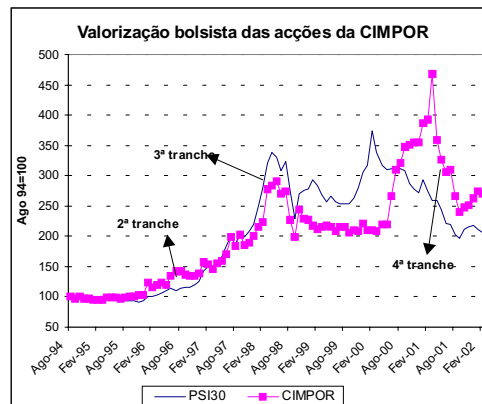
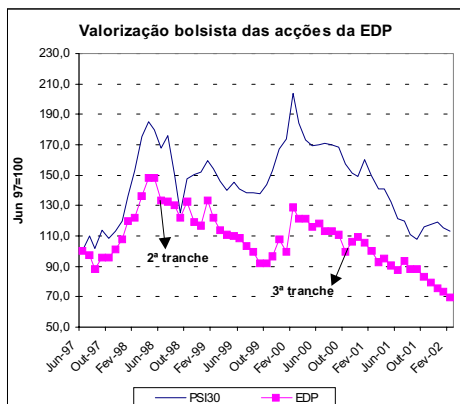
Relativamente à Cimpor, o pior comportamento face ao mercado de capitais nacional apenas se observou na última fase da privatização, em 2001, uma vez que nas outras 3 tranches, entre 1994 e 1998, esta acção teve um comportamento mais atractivo para o potencial investidor do que o índice PSI30. Quanto à EDP, durante as várias fases de privatização, entre 1997 e 2000, as respectivas acções também apresentaram sempre uma valorização acumulada inferior ao índice bolsista do mercado de capitais portugueses.

Importa todavia notar que as várias tranches de privatização ocorreram em momentos cronológicos distintos, quer em termos de desempenho conjuntural da economia quer em termos do mercado de capitais em Portugal. Os gráficos seguintes ilustram precisamente os momentos em que se levaram a cabo as diferentes fases de privatização de cada empresa.



Assim, o mercado de capitais nacional em 2000 e 2001 acompanhou a desaceleração quer da actividade económica em Portugal, com o crescimento económico real estimado de 2% em 2001 (3,1% em 2000), o valor mais baixo desde 1994, quer o pior desempenho do mercado de capitais e da economia norte-americana. Esta evolução em baixa do mercado de capitais nos últimos dois anos contribuiu para impedir maiores valorizações das acções das empresas privatizadas neste período, situação que se pode confirmar no quadro anterior. Esta situação pode também ser observada para as acções da Brisa, um título com bom desempenho nas anteriores fases de privatização. Com efeito,

após a fase de privatização ocorrida em Julho de 2001, as acções da empresa não conseguiram manter, até Fevereiro de 2002, o nível de valorização anteriormente apresentado.



## 2.2.5. Breve balanço

Considerando os objectivos da Lei Quadro das Privatizações, e dos Programas de Privatização para o período 1996-2001, importa tecer algumas considerações quanto ao seu cumprimento.

### 2.2.5.1. Redução do peso do Estado na economia

De acordo com os dados disponíveis o processo de privatizações tem sido determinante para a redução significativa do peso do Estado na economia. No final de 1995 o peso do Estado tinha-se reduzido quase a metade do que se verificava em finais da década de oitenta relativamente ao produto (10,9%) e a cerca de quarenta por cento relativamente ao emprego total (3,9%).

No período 1996-2000, assistiu-se a uma redução bastante significativa do Estado na economia como o atesta o seguinte quadro:

	1996	1997	1998	1999	2000
No PIBcf	10,10%	7,70%	7,60%	7,10%	5,10%
No Emprego	3,20%	2,70%	2,70%	2,60%	2,00%

### 2.2.5.2. Promover a redução do peso da dívida pública

No seguimento do que foi referido no ponto 2.1.4.1., as operações de privatização permitiram aliviar a carga inerente à dívida pública. Assim, de 1996 a 2001, o peso da dívida pública em percentagem do PIB foi:

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Dívida Pública do SPA em % PIB	62,7	58,9	54,7	54,5	53,7	55,9

### 2.2.5.3. Modernização das unidades económicas, aumentar a competitividade e contribuir para as estratégias de reestruturação sectorial e empresarial

Objectivos de difícil avaliação, já que se trata de avaliar alterações estruturais no funcionamento das empresas e da economia no seu todo, poder-se-á, no entanto, identificar alguns aspectos determinantes para a modernização e reforço da competitividade das empresas:

- a) Os objectivos de privatização de determinadas empresas implicavam nalguns casos a adopção prévia de processos de reestruturação económica e financeira (Siderurgia Nacional, Quimigal).
- b) De lembrar que a privatização de duas das maiores empresas, EDP e Portugal Telecom, exigiu que estas se preparassem para a concorrência internacional no seio do mercado único. As suas privatizações vieram permitir e estimular o seu posicionamento estratégico no seio de alianças internacionais.

De notar ainda, que, por força da privatização, não só estas empresas, mas ainda a CIMPOR e BRISA, tornaram-se empresas analisadas nos mercados internacionais, potenciando as suas capacidades de financiamento e desenvolvimento.

Finalmente, conforme analisado no ponto 2.2.4., a valorização das cotações em bolsa denota, na generalidade, um aumento do valor das sociedades privatizadas, o que significa que é o próprio mercado quem sanciona em grande medida este objectivo.

Convirá ainda salientar que, parte substancial do encaixe de privatizações é canalizado para a reestruturação e modernização das empresas do SEE que continuam na esfera do Estado, com particular incidência para os sectores dos Transportes e da Gestão de Infraestruturas Públicas ( caso da REFER).



#### 2.2.5.4. Ampla participação das entidades portuguesas na titularidade do capital das empresas

Das operações concretizadas desde 1996, somente no caso da Tabaqueira, dadas as suas características específicas, não foi conservado o controlo da empresa em mãos nacionais.

#### 2.2.5.5. Desenvolvimento do mercado de capitais

É inequívoco que a execução dos Programas de Privatização no período 1996/20001 contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do mercado de capitais. De referir que a capitalização bolsista accionista da BVL no final de 2001 era de 96,178 milhões de euros, contra 12,792 milhões de euros de capitalização bolsista accionista em 1995.

Em termos de percentagem do PIB, o peso da capitalização bolsista atingiu 78% no final de 2001, já passível de permitir comparação com a média dos países da UE.

Ainda em termos de volume de transacções as diferenças são consideráveis: 30,7 milhões de euros de acções transaccionadas nas sessões normais de bolsa em 2001, contra 3,1 milhões de euros nos finais de 1995.

As privatizações contribuíram inequivocamente para o desenvolvimento do mercado de capitais português, não só pelo conjunto de acções que passaram a estar cotadas (oferta), como pela enorme aderência dos pequenos investidores nacionais e investidores institucionais estrangeiros atraídos pelo mercado português de privatizações (procura).

### 2.3. Reestruturação, criação e extinção de empresas

#### 2.3.1. Processos de Reestruturação

No período 1996 – 2001 verificaram-se vários processos de reestruturação ao nível do Sector Empresarial do Estado, os quais se prenderam com a criação de *holdings* sectoriais ou instrumentais, o reforço das já existentes, a cisão e criação de empresas [geralmente em torno da gestão de bens do domínio público] e o desenvolvimento de estratégias sectoriais [caso da celulose].

### *Criação de novas holdings*

Associada a estratégias, de cariz sectorial ou instrumental, de gestão das participações empresariais detidas directamente – através da Direcção-Geral do Tesouro – pelo Estado, assistiu-se à criação de quatro novas *holdings*: a EMPORDEF, a Portugal Global, a GALP e a PARPÚBLICA [substituindo a anterior *holding* PARTEST].

A EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), SA, *holding* – centro de decisão estratégico – do sector das indústrias de defesa, foi criada em 1997 [Decreto-Lei n.º 235-B/96, de 12 de Dezembro], com um capital social de 22.300.000.000\$00, englobando, inicialmente, as participações nas OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, SA e na INDEP – Indústrias e Participações de Defesa, SA, cujos títulos corresponderam à realização inicial de capital.

A Portugal Global, *holding* do sector da comunicação social, foi criada em 2000 [Decreto-Lei n.º 82/2000, de 11 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 2/02, de 4 de Junho], com um capital social no valor de 175.000.000 euros, incorporando – como realização parcial em espécie do respectivo capital social – as participações do Estado na RTP – Radiotelevisão Portuguesa, SA [100%], na RDP – Radiodifusão Portuguesa, SA [100%] e na Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA [97,27%]<sup>6</sup>. Das respectivas incumbências imediatas consta a elaboração e a coordenação de planos de reestruturação e de saneamento financeiro das empresas do sector que de tal necessitem, principalmente da RTP. Cumpre-lhe ainda a promoção, de forma coordenada, do máximo aproveitamento das sinergias do grupo e a definição e concretização de estratégias de actuação e de posicionamento no mercado.

No sector dos combustíveis, registo para a criação da GALP – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, SA [Decreto-Lei n.º 137-A/99, de 22 de Abril], com um capital social de 411.346.155 euros integralmente realizado pela transferência da totalidade da participação directa do Estado na PETROGAL – Petróleos de Portugal, SA, na GDP – Gás de Portugal, SGPS, SA, e na TRANSGÁS – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, SA. Esta *holding* foi, em 2000, como referido em capítulo precedente, alvo de privatização parcial.

---

<sup>6</sup> A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA havia sido criada, em 1997, por transformação, e conseqüente extinção, da anterior cooperativa homónima.

A PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, foi criada por reestruturação da anterior PARTEST – Participações do Estado (SGPS), SA [Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 312/00, de 2 de Dezembro], como entidade gestora das participações sociais públicas que integrem o respectivo património, bem como, através de empresas participadas de objecto especializado, do património imobiliário que lhe seja afecto.

Neste contexto, o respectivo capital social foi elevado para 2.000.000.000 euros, sendo o aumento parcialmente [388.128.555 euros] realizado pelas participações sociais detidas directamente pelo Estado constantes do quadro seguinte.

<b>Empresa</b>	<b>Acções (% do Capital Social)</b>
Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA <sup>7</sup>	100%
BRISA – Auto-Estradas de Portugal, SA	4,3226%
CIMPOR – Cimentos de Portugal (SGPS), SA	1%
ENVC – Sociedade Imobiliária, SA	99,8%
INTERHOTEL – Sociedade Internacional de Hotéis, SA	19,9%
ISOTAL- Imobiliária do Sotavento do Algarve, SA	31%
MARGUEIRA – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	51%
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis, SA	0,75%
SALVOR – Sociedade de Investimentos Hoteleiros, SA	3,84%
TERTIR – Terminais de Portugal, SA	23,2%
URBINDÚSTRIA – Sociedade de Urbanização e Infraestruturação de Imóveis, SA	100%
EDP – Electricidade de Portugal, SA	1,4%

### *Reforço do IPE*

A *holding* IPE – Investimentos e Participações do Estado, SA, foi, neste período alvo de reforço das suas participações por transição da titularidade de participações anteriormente na posse directa do Estado, conforma lista seguinte.

- Confranpor [por alienação; 1997]
- EMPORDEF [por alienação de 1% do capital; 1997]
- Companhia das Lezírias [realização do aumento de capital; 2001]

<sup>7</sup> Transformada em sociedade anónima pelo Decreto-Lei n.º 170/99, de 19 de Maio.

- ENATUR [realização do aumento de capital; 2001]
- FIEP [realização do aumento de capital; 2001]

### *Sector Ferroviário*

No sector ferroviário, registo para a criação, em 1997 [Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril], da REFER – Rede Ferroviária Nacional, EP, com o objectivo de gerir a infraestrutura ferroviária nacional, desta forma autonomizada da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, tendo como incumbências garantir a instalação, desenvolvimento e manutenção das infraestruturas ferroviárias, bem como gerir os sistemas de comando e controlo da circulação.

Esta reestruturação do sector resulta da adaptação do caminho de ferro às exigências do Mercado Único, designadamente em termos de eficácia, pela separação entre a gestão da infra-estrutura ferroviária e a exploração dos serviços de transporte ferroviário [da competência da CP e da FERTAGUS], ficando a regulação do sector cometida ao Instituto Nacional do Transporte Ferroviário.

### *Sector Aeroportuário e de Navegação Aérea*

Em Dezembro de 1998 [Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de Dezembro], a Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea, ANA, EP, cindiu-se, de acordo com as duas áreas de negócio que abrangia, em duas novas empresas, a ANA – Aeroportos de Portugal, SA, responsável pela gestão das infraestruturas aeroportuárias, que sucedeu automaticamente à precedente a 17 de Janeiro de 1999, e a, então criada, Empresa Pública de Navegação Aérea – NAV, EP, responsável pela orientação e controlo do tráfego aéreo nas Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade portuguesa.

### *Sector Eléctrico*

No sector eléctrico, a REN – Rede Eléctrica Nacional, SA, concessionária do serviço público de gestão global do Sistema Eléctrico Público e de exploração da Rede Nacional de Transporte, embora criada em 1994, ascendeu ao universo das participações empresariais directas do Estado em 2000, por aquisição – aquando da respectiva autonomização face à EDP [Decreto-Lei n.º 198/2000, de 24 de Agosto] – de 70% do respectivo capital social, no quadro da privatização da EDP- Electricidade de Portugal, SA.

### *Grupo Caixa Geral de Depósitos*

Neste período, o Grupo Caixa Geral de Depósitos consolidou-se como o grupo financeiro do Estado, tendo o respectivo capital social sido aumentado em quatro operações, ocorridas nos anos de 1998 [realizado com títulos da Portugal Telecom e verbas do Fundo de Regularização da Dívida Pública], 1999 [realizado com títulos da GALP (SGPS)], 2000 [realizado com títulos do IPE e da Portugal Telecom] e 2001 [realizado com títulos da REN e verbas do Fundo de Regularização da Dívida Pública].

Registo ainda para a alienação, ao Grupo Caixa, das acções do Banco Nacional Ultramarino remanescentes na posse directa do estado, ocorrida em 2001, ano em que ocorreu a fusão, por incorporação, deste banco na Caixa Geral de Depósitos.

### **2.3.2. Novas Empresas no Sector Empresarial do Estado**

Entre 1996 e 2001, para além da criação de empresas no âmbito dos processos de reestruturação citados, o universo das empresas detidas directamente pelo Estado registou o surgimento de cerca de sete dezenas de empresas.

De acordo com os princípios e objectivos na respectiva génese, podemos classificar em 4 grupos a generalidade, e principal parte, das novas empresas: empresas criadas por transformação de administrações portuárias, empresas criadas para a gestão de programas e para o desenvolvimento de projectos e empresas recebidas por dação em pagamento.

#### *Empresas criadas por transformação de administrações portuárias*

Neste grupo enquadram-se as sociedades anónimas criadas, em 1998, pela empresarialização das anteriores administrações portuárias, conforme consta da lista seguinte.

- APA – Administração do Porto de Aveiro, SA [Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro]
- APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA [Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de Novembro]
- APL – Administração do Porto de Lisboa, SA [Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de Novembro]

- APS – Administração do Porto de Sines, SA [Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de Novembro)
- APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA [Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de Novembro)

*Empresas criadas para a gestão de programas e para o desenvolvimento de projectos*

Neste grupo enquadram-se as 22 sociedades criadas, entre 2000 e Março de 2002, para a gestão do programa específico de cada uma das cidades abrangidas pelo Programa POLIS, conforme lista abaixo.

- AveiroPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, SA [Decreto-Lei n.º 152/01, de 7 de Maio)
- BejaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Beja, SA [Decreto-Lei n.º 261/00, de 17 de Outubro)
- BragançaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, SA (Decreto-Lei n.º 275/00, de 9 de Novembro)
- CacémPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, SA (Decreto-Lei n.º 43/01, de 9 de Fevereiro)
- ChavesPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Chaves, SA (Decreto-Lei n.º 70/02, de 25 de Março)
- CoimbraPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, SA (Decreto-Lei n.º 94/01, de 23 de Março)
- CostaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, SA (Decreto-Lei n.º 229/01, de 20 de Agosto)
- GaiaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Gaia, SA (Decreto-Lei n.º 70/01, de 24 de Fevereiro)
- LeiriaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Leiria, SA (Decreto-Lei n.º 308/00, de 28 de Novembro)
- PolisAlbufeira – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, SA (Decreto-Lei n.º 36/01, de 8 de Fevereiro)
- PolisCastelo Branco – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Castelo Branco, SA (Decreto-Lei n.º 305/00, de 24 de Novembro)

- PolisCovilhã – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, SA (Decreto-Lei n.º 185/01, de 21 de Junho)
- PolisGuarda – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, SA (Decreto-Lei n.º 137/01, de 8 de Fevereiro)
- PolisMatosinhos – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Matosinhos, SA (Decreto-Lei n.º 303/00, de 21 de Novembro)
- PolisVila do Conde – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Conde, SA (Decreto-Lei n.º 307/00, de 28 de Novembro)
- PolisVila Real – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Real, SA (Decreto-Lei n.º 265/00, de 18 de Outubro)
- PortalegrePolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Portalegre, SA (Decreto-Lei n.º 71/02, de 25 de Março)
- SetúbalPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, SA (Decreto-Lei n.º 317/01, de 10 de Dezembro)
- SilvesPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Silves, SA (Decreto-Lei n.º 72/02, de 25 de Março)
- TomarPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Tomar, SA (Decreto-Lei n.º 77/02, de 26 de Março)
- VianaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, SA (Decreto-Lei n.º 186/00, de 11 de Agosto)
- ViseuPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, SA (Decreto-Lei n.º 227/00, de 9 de Setembro)

Enquadram-se, igualmente, neste grupo as seguintes sociedades, criadas para efeitos de desenvolvimento de estudos e/ou projectos de desenvolvimento, de construção e de gestão de infraestruturas.

- NAER – Novo Aeroporto, SA  
Criada em 1998 (Decreto-Lei n.º 109/98, de 24 de Abril), com o Estado (10%) e a ANA, EP (90%) como accionistas, sendo seu objecto o desenvolvimento dos trabalhos necessários à preparação e execução das decisões referentes aos processos de planeamento e

lançamento da construção de um novo aeroporto no território de Portugal continental.

- EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA  
Criada em 2000 (Decreto-Lei n.º 155/2000, de 22 de Julho), com um capital social de 500.000 euros, com o objecto social de promover a utilização da Base Aérea de Beja para fins civis, ao nível do transporte aéreo e de outras actividades relacionadas com a aviação civil, e da criação das infraestruturas necessárias para essa utilização.
- RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA  
Criada em 2000 (Decreto-Lei n.º 323-H/2000, de 19 de Dezembro), com um capital social de 2.5000.000 euros, integralmente subscritos e realizados pelo Estado (60%) e pela REFER (40%), e tendo como objecto social o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação das decisões de planeamento e construção, financiamento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.
- Portugal 2004, SA  
Criada em 2001 (Decreto-Lei n.º 268/2001, de 4 de Outubro), na sequência do destaque de património operado na sociedade EURO 2004, com um capital social de 500.000 euros, subscrito pelo Estado, através do Instituto Nacional do Desporto (95%) e pela Federação Portuguesa de Futebol (5%), sendo o respectivo objecto social o acompanhamento e fiscalização do programa de construção, reconstrução e requalificação dos estádios e o acompanhamento da construção dos equipamentos complementares e de apoio aos jogos do Campeonato da Europa de 2004 e outras infraestruturas nacionais e municipais.

Registo ainda para a criação, neste período, das seguintes sociedades.

- Porto 2001, SA  
Criada em 1998 (Decreto-Lei n.º 418-B/98, de 31 de Dezembro), pelo Estado (98,75%) e pelo Município do Porto (1,25%), tendo como objecto social a concepção, planeamento, promoção, execução e exploração de todas as acções que integrem o evento Porto – Capital Europeia da Cultura 2001, ou as que com ela se



relacionam no âmbito da requalificação urbana. Posteriormente (Decreto-Lei n.º 38/2001 de 8 de Fevereiro), a respectiva estrutura accionista seria revista, no âmbito de um aumento de capital para 41.814.996 euros e da respectiva redenominação, cabendo ao Estado 86,92% e ao Município do Porto 13,08%.

- Portugal 2001, SA (inicialmente com a denominação Portugal 2000, SA)  
Criada em 1999 (Decreto-Lei n.º 98-A/99, de 26 de Março), tendo por objecto a concepção, preparação, organização e execução da participação oficial de Portugal na exposição Universal de Hannover no ano de 2000.
- COSTAGEST – Empresa de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada, SA  
Criada em 1999 (Decreto-Lei n.º 551/99, de 15 de Dezembro), pelo Estado e pela Câmara Municipal de Almada, viu o seu objecto social ser absorvido pela CostaPolis, não tendo desenvolvido actividade.
- EURO 2004  
Criada em 2000 (Decreto-Lei n.º 33/2000, de 14 de Março), tendo por objecto a concepção, planeamento, promoção e realização em Portugal da fase final do Campeonato Europeu de Futebol em 2004. Inicialmente, era constituída por um capital social de 500.000 euros sendo seus accionistas – ambos com 50% do capital – Estado, através do Instituto Nacional do Desporto, e a Federação Portuguesa de Futebol. Posteriormente (Decreto-Lei n.º 267/2001, de 4 de Outubro), a par do já referido destaque de património para constituição da Portugal 2004, o respectivo capital social foi redefinido em 5.000.000 euros, sendo a sua nova estrutura accionista composta pela *Union des Associations Européennes de Football* (54,8%), pela Federação Portuguesa de Futebol (40,2%) e, através do Instituto Nacional do Desporto, pelo Estado (5%).

#### *Empresas recebidas por dação em pagamento*

Ao abrigo do Plano de Recuperação de Dívidas ao Fisco e à Segurança Social (Decretos-Leis n.º 124/96 e 125/96, de 10 de Agosto), conhecido por Plano Mateus, foram recebidas em dação de pagamentos e conversão de créditos fiscais as 13 empresas de seguida nomeadas.

- FNM – Produtos Alimentares e de Consumo (1998)
- Martins & Rebelo – Indústrias Lácteas e Alimentares (1998)
- Navotel – Empreendimentos Turísticos, SA (1998)
- TÉVIZ – Têxtil de Vizela, SA (1999)
- Autódromo Fernanda Pires da Silva (2000)
- DECOVIZ – Produtos de Decoração, Lda (2000)
- GESTÍNSUA – Aquisição e Alienação de Património Imobiliário e Mobiliário (2000)
- Sociedade Têxtil Cuca (2000)
- TEVITOM – Confeccões de Vestuário, Lda (2000)
- DILOP – Alimentos do Sul, SA (2001)
- DILOP – Charcutaria, Cozidos e Fumados, SA (2001)
- DILOP – Produtos Alimentares, SA (2001)
- DILOP – Transportes, SA (2000)

#### *Outras empresas criadas, ou surgidas, no Sector Empresarial do Estado*

Para além das citadas, outras empresas surgiram no universo das participações directas do Estado, segundo as motivos abaixo discriminados.

Por constituição, segundo processo ou motivo diverso dos acima referidos:

- FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas (SGPS) (1997)
- Criado com o objecto da prestação de apoio a projectos de internacionalização, com destaque para ‘operações internacionais de liderança empresarial’.
- JAE – Construção, SA (1997)
- Extinta em 1999.
- FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial (SGPS) (1998)
- FRMERMI – Fundo para a Modernização e Reestruturação do Tecido Empresarial em Regiões de Mono Indústria (SGPS) (1998)

Por aquisição, entraram no universo das participações directas do Estado as seguintes sociedades:

- Portugal Frankfurt 97 (aquisição por valor simbólico; 1998)
- SPIDOURO – Sociedade de Promoção de Empresas e Desenvolvimento do Douro e Trás-os-Montes, SA (aquisição ao BPI; 1998)
- Metro do Porto, SA (aquisição à CP e ao Metropolitano de Lisboa; 1999)
- Metro do Mondego, SA (aquisição à CP e ao Metropolitano de Lisboa; 2001)

Por extinção da RNIP – Rodoviária Nacional, Investimentos e Participações, SGPS, SA, títulos que estavam na posse desta sociedade:

- CIMPOR – Cimentos de Portugal (SGPS), SA (1996)
- TERTIR – Terminais de Portugal (1996)
- Companhia de Seguros Náuticos (1996)
- ISOTAL – Imobiliária do Sotavento do Algarve (1997)
- Matur – Empreendimentos Turísticos da Madeira (1997)
- Transmotor – Sociedade Comercial e Industrial de Veículos de Transporte e Motores, posteriormente redenominada Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Porto) (1997)
- Ultrena – Sociedade Portuguesa de Comércio de Automóveis (1997)
- Auto Marinhense – Sociedade Portuguesa de Comércio e Reparação de Máquinas Industriais, Ld<sup>a</sup> (1998)

Por prescrição de direitos reverteram para o Estado títulos, em quantidade despicienda, respeitantes às seguintes sociedades:

- Eurominas – Electro Metalurgia (1996)
- Metalurgia Casal (1996)

- Comundo – Consórcio Mundial de Exportação e Importação (1996, 1997)
- Imobiliária Construtora Grão Pará (1997)
- Interhotel – Sociedade Internacional de Hotéis (1997)
- Torralta – Club Internacional de Férias (1997)
- Sonagi – Sociedade Nacional de Gestão de Investimento (2001)

Por permuta com a PARTEST:

- BRISA – Auto Estradas de Portugal (1996)
- Companhia Carris de Ferro de Lisboa (1996)
- Portugal Telecom (2000)

Por extinção da EPAC – Empresa para Agroalimentação e Cereais, SA (Decreto-Lei n.º 572-A/99, de 29 de Dezembro), títulos que estavam na posse desta sociedade:

- IPE – Investimentos e Participações do Estado (2000)
- Nova Vouga – Indústrias Alimentares, SA (2000)

Por extinção do Grémio dos Pescadores de Pesca de Arrasto reverteram para o Estado títulos respeitantes às seguintes sociedades:

- Sociedade de Armadores de Pesca de Angola (2000)
- Sociedade de Armadores de Pesca de Moçambique (2000)

Por extinção da CRCB – Companhias Reunidas de Congelados de Bacalhau, SA (Decreto-Lei n.º 151-A/97 de 18 de Junho) reverteram para o Estado títulos respeitantes às seguintes sociedades cooperativas:

- Cooperativa dos Armadores de Navios de Pesca de Bacalhau (2001)
- Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré (2001)

No âmbito do processo de reestruturação do sector da reparação naval, consubstanciado no protocolo de acordo celebrado em 1 de Abril de 1997 entre o Estado e o grupo Mello, registo para a aquisição gratuita da GESTNAVE – Prestação de Serviços Industriais, SA, ocorrida em 1997, com o objectivo principal de gerir os recursos humanos libertos pela LISNAVE. No ano seguinte, o Estado, adquiriu, também gratuitamente, uma participação simbólica na LISNAVE – Estaleiros Navais, SA.

No âmbito da reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, registo para a subscrição, em 1998, do capital da ENVC – Sociedade Imobiliária, SA, empresa destinada a gerir a vertente imobiliária dos referidos estaleiros navais.

Por extinção da Siderurgia Nacional (SGPS), SA (Decreto-Lei n.º 232-A/99 de 6 de Dezembro) reverteu para o Estado a titularidade da Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, SA.

Registo ainda para o recebimento, ao abrigo dos Artigos 2152º e 2154º do Código Civil, de acções, em quantidade despicienda, da Real Companhia Vinícola do Norte, SA.

### 2.3.3. Empresas Saídas do Sector Empresarial do Estado

Entre 1996 e 2001, para além das operações de (re)privatização anteriormente descritas, o universo das empresas detidas directamente pelo Estado registou ainda a saída de empresas por extinção, por falência, por alienação ou por transferência.

#### *Extinção*

No período em questão, foram extintas dez empresas.

- CN – Comunicações Nacionais (SGPS), SA (Decreto-Lei n.º 241/95 de 13 de Setembro)
- Centro Cultural de Belém – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, SA (Decreto-Lei n.º 164/95 de 13 de Julho)
- RNIP – Rodoviária Nacional, Investimentos e Participações (SGPS), SA (1996) (Decreto-Lei n.º 309/94 de 21 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 235/95 de 13 de Setembro)

- Fábrica-Escola Irmãos Stephens (Decreto-Lei n.º 362/97 de 20 de Dezembro)
- JAE – Construção, SA (Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho)
- Siderurgia Nacional (SGPS), SA (Decreto-Lei n.º 232-A/96 de 6 de Dezembro; 1999)
- CRCB – Companhias Reunidas de Congelados de Bacalhau, SA (Decreto-Lei n.º 151-A/97 de 18 de Junho)
- EPAC – Empresa para a Agroalimentação e Cereais, SA (Decreto-Lei n.º 572-A/99; 2001)
- Portugal Frankfurt 97, SA
- Auto Marinhense – Sociedade Portuguesa de Comércio e Reparação de Máquinas Industriais, Lda

Aguardam, presentemente, desfecho do respectivo processo de extinção duas sociedades.

- Companhia Minas de Penedono, SA
- Messa – Indústria de Precisão, SA

### *Liquidação*

Encontram-se, presentemente, em fase de liquidação as seguintes sociedades:

- EPAC Comercial, Produtos para a Agricultura e Alimentação, SA (Decreto-Lei n.º 187/01 de 25 de Junho)
- SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, SA (Decreto-Lei n.º 188/01 de 25 de Junho)
- ENDAC – Empresa Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Cinegético, SA (Decreto-Lei n.º 64/98 de 17 de Março)
- PEC – Produtos Pecuários e Alimentação, SA
- NATGÁS – Companhia Portuguesa de Gás Natural, SA
- ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA
- Ultrena – Sociedade Portuguesa de Comércio de Automóveis, SA

### *Falência*

No período em questão foi decretada, por sentença de 17 de Janeiro de 1997, a falência da sociedade Metanova – Comércio e Gestão de Imóveis, SA, na qual o Estado detinha uma posição minoritária.

Aguardam, presentemente, desfecho do respectivo processo de falência quatro sociedades, nas quais a participação do Estado é igualmente minoritária.

- FNM – Produtos Alimentares e de Consumo, SA
- Metalurgia Casal, SA
- Nova Vouga – Indústrias Alimentares, SA
- EUT – Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA (encontrando-se as respectivas acções à ordem do Tribunal)

### *Alienação à PARTEST*

No período em apreço, foram alienadas à PARTEST, total ou parcialmente, as participações do Estado nas seguintes sociedades.

- CIMPOR – Cimentos de Portugal (SGPS), SA (alienação e permuta parcial da posição accionista; 1996, 1997)
- IPE – Investimentos e Participações do Estado, SA (alienação e permuta parcial da posição accionista; 1996)
- EDP – Electricidade de Portugal (SGPS), SA (alienação parcial da posição accionista; 1996, 1997; 1998; 2000 (alienação e permuta))
- Portugal Telecom, SA (alienação parcial da posição accionista; 1996, 1997; 1998; 1999)
- BRISA – Auto Estradas de Portugal, SA (alienação parcial da posição accionista; 1996 (permuta); 1997; 1998; 1999)
- LISNAVE – Infraestruturas Navais, SA (alienação parcial da posição accionista; 1998)

### *Alienação ao IPE*

No período em apreço, foram alienadas ao IPE, total ou parcialmente, as participações do Estado nas seguintes sociedades.

- EPAC – Empresa para a Agroalimentação e Cereais, SA (alienação parcial da posição accionista; 1996)
- Conframpor Sociedade Franco Portuguesa de Controle (alienação total da participação; 1997)
- EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), SA (alienação parcial da posição accionista; 1997)

### *Alienação a Outras Entidades*

No período em questão, o Estado alienou as suas participações nas sociedades de seguida discriminadas.

- Sociedade Águas do Luso, SA (1997)
- Companhia Europeia de Seguros, SA (1998)
- Torralta – Club Internacional de Férias, SA (redução parcial da posição accionista; 1999)
- Companhia Papel do Prado (2000)
- ESLI – Parques de Estacionamento de Lisboa, SA (2000)
- Banco Nacional Ultramarino, SA (alienado à Caixa Geral de Depósitos; 2001)

### *Transferências*

Neste período, saíram do universo das participações directas do Estado, por transferência, total ou parcialmente, as seguintes sociedades.

- EDP (transferência parcial da posição accionista para Segurança Social, 2001)
- PORTUCEL (SGPS), SA (transferência total da posição accionista para a PARPÚBLICA)



### *Transferência de Gestão*

As Fábricas Mendes Godinho, SA, não obstante pertencerem à carteira detida pela Direcção-Geral do Tesouro, encontram-se, por via de um contrato de gestão, sob a gestão da PARPÚBLICA.

### *Empresas sem Actividade*

Encontram-se, presentemente, sem actividade as seguintes sociedades.

- COMUNDO – Consórcio Mundial de Exportação e Importação, SA
- COSTAGEST – Empresa de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada, SA, que viu o respectivo objecto social ser absorvido pela CostaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, SA.

### *Caso Específico do Banco de Portugal*

Em 1998, o Banco de Portugal, empresa pública por força da nacionalização decretada em Setembro de 1974 (Decreto-Lei n.º 452/74, de 13 de Setembro), deixou – no âmbito da passagem à terceira fase da União Económica e Monetária – de integrar o universo empresarial do Estado. Com efeito, nesse ano, entrou em vigor a respectiva nova Lei Orgânica (Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro), pela qual o Banco de Portugal foi transformado em pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, parte integrante do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

## **2.4. Evolução Económica e Financeira<sup>8</sup>**

### **2.4.1 Peso na Economia**

No período considerado, em virtude do processo de reprivatização e reestruturação do sector empresarial do Estado, este reduziu a respectiva importância relativa no total da economia nacional, designadamente em termos de valor acrescentado bruto, em que passou de 10,1%, em 1996, para 7,1% em 1999, e em termos de emprego, em que passou de 3,2%, em 1996, para 2,6% em 1999.

---

<sup>8</sup> A evolução económica e financeira centrar-se-á no período 1996 – 1999. A situação económica e financeira em 2000, bem como alguns desenvolvimentos referentes a 2001, será alvo de uma análise mais detalhada no capítulo subsequente.

% do total	1996	1997	1998	1999
VABcf	10,1	7,7	7,6	7,1
Emprego	3,2	2,7	2,7	2,6

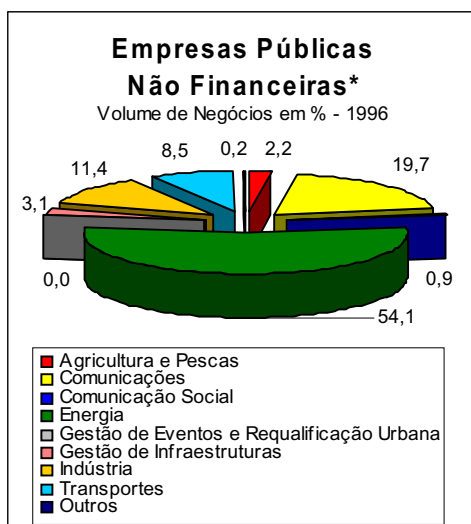
Fonte: DGT, DGEP

## 2.4.2. Evolução Económica e Financeira das Empresas Públicas Não Financeiras

### 2.4.2.1. Evolução Financeira

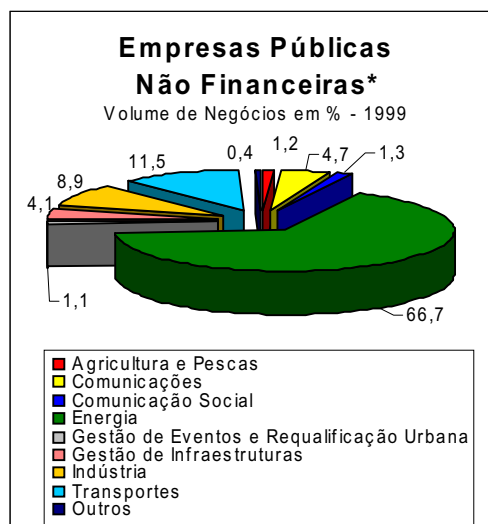
#### Análise Geral

Entre 1996 e 1999, o volume de negócios das empresas públicas não financeiras, excluindo as *holdings* IPE e PARTEST, diminuiu 12,3%, de 13.700 milhões de euros para 12.010 milhões de euros, o que consubstancia uma diminuição real de 18,4%<sup>9</sup>.



**Total: 13.700 milhões de euros**

\* Excluindo as *holdings* IPE e PARTEST.



**Total: 12.010 milhões de euros**

\* Excluindo as *holdings* IPE e PARTEST.

A esta diminuição presidiu o processo de reprivatizações, principal responsável pela redução verificada no sector empresarial do Estado nos anos em apreço. Em termos de estrutura sectorial, nota para, em virtude do avançado processo de reprivatização das comunicações, uma forte diminuição

<sup>9</sup> Entre 1996 e 1999, os preços no consumidor cresceram 7,5%.

da importância deste sector e consequente alargamento do domínio do sector energético.

Em termos financeiros, assistiu-se a uma clara redução dos resultados, o que era um facto esperado, dado o processo de reprivatização incidir sobre as empresas com melhores *performances* económico-financeiras, em desfavor de outras tradicionalmente deficitárias e cujos processos de reestruturação e saneamento financeiros, frequentemente utilizando recursos libertados pelas privatizações anteriores, não produzem efeitos imediatos.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	1517,9	814,9	523,2	497,3
Resultado Financeiro	-695,6	-624,2	-519,5	-492,8
Resultado Corrente	822,2	190,8	3,8	4,5
Resultado Líquido	62,8	-227,4	-160,0	-69,6
Cash-Flow	2036,9	1163,4	1228,6	1497,1
Cash-Flow Operacional	3528,0	2246,8	1958,7	2100,5
Resultado Operacional / Activo Total	4,7%	2,6%	1,5%	1,3%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	11,0%	7,1%	5,7%	5,4%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	0,5%	-2,0%	-1,2%	-0,5%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,37	0,35	0,38	0,33
Capitais Próprios / Passivo	0,58	0,56	0,62	0,51
Activo Fixo / Activo Total	0,82	0,83	0,76	0,76
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,85	0,85	0,86	0,83

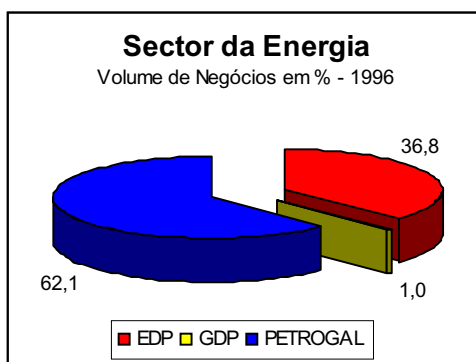
Em termos da estrutura financeira, regista apenas para uma ligeira quebra do peso relativo dos capitais próprios, mas sem prejudicar a solvabilidade do conjunto do sector.

### *Sector da Energia*

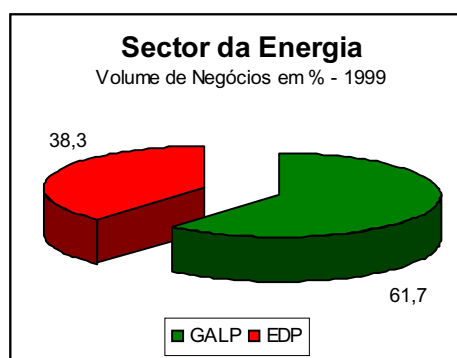
O sector da energia é o sector de maior peso no conjunto das empresas não financeiras do sector empresarial do Estado, com um peso que em 1996 era de cerca de 54% e em 1999 atingia já os 66,7% do volume de negócios. Em termos de activo, o respectivo peso era de 45,4% em 1996, atingindo os 48,7% em 1999.

Este sector compreende as participações na EDP (38,3% do volume de negócios em 1999) e na PETROGAL e GDP, estas duas últimas consolidadas em 1999, juntamente com a participação na TRANSGÁS, na participação na GALP (61,7% do volume de negócios em 1999).

Entre 1996 e 1999, os resultados líquidos deste sector aumentaram 86,4% (o que representa um crescimento real de 73,4%); para tal contribuíram fortemente os resultados, designadamente os extraordinários, da GALP verificados em 1999; acresce ainda o facto de a GALP considerar no seu universo a TRANSGÁS, empresa que em 1996 não se encontrava contemplada na análise por a maioria do seu capital se encontrar disperso por entidades públicas diversas.



**Total: 7.405,9 milhões de euros**



**Total: 8.014,0 milhões de euros**

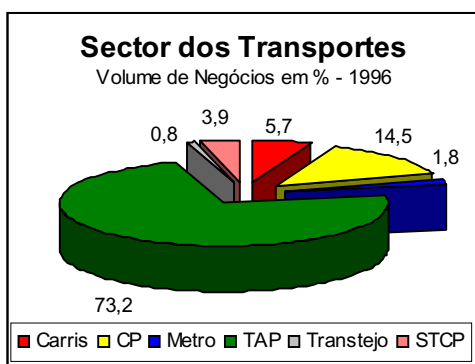
	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	972,0	1.067,0	1.244,5	1.141,8
Resultado Financeiro	-	-	-	-
Resultado Corrente	693,7	737,0	965,3	921,1
Resultado Líquido	437,8	541,1	669,1	815,9
Cash Flow	1.317,4	1.407,9	1.574,3	1.732,1
Cash Flow Operacional	1.851,7	1.933,8	2.149,7	2.058,0
Resultado Operacional/Activo Total	6,6	7,2	8,0	6,0
Cash Flow Operacional/Activo Total	12,7	13,1	13,9	10,8
Resultado Líquido/Capitais Próprios	6,4	7,8	9,4	11,1

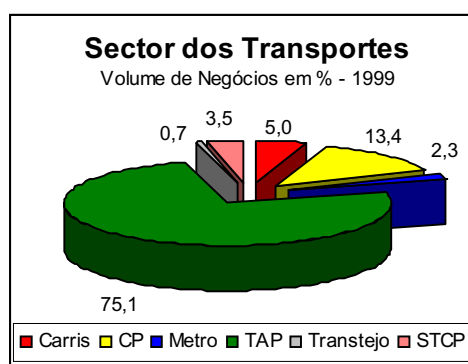
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios/Activo	0,4	0,4	0,4	0,3
Capitais Próprios/Passivo	0,8	0,8	0,8	0,6
Activo Fixo/Activo Total	0,8	0,8	0,8	0,8
Capitais Permanentes/Activo Fixo	0,8	0,8	0,8	0,8

### Sector dos Transportes

O sector dos transportes é, talvez, o sector cuja estrutura menos se alterou no período em análise, apresentando a TAP um peso dominante em termos de volume de negócios – 75,1% em 1999. Em termos do peso do sector no total do volume de negócios do sector empresarial do Estado, este aumentou de 8,5%, em 1996, para 11,5% em 1999; no mesmo período, o peso em termos de activo diminuiu de 17,5% para 16,6%, ao que não será alheio o desenvolvimento organizacional do sector com a autonomização da gestão de infraestruturas, designadamente no caso do transporte ferroviário.



**Total: 1.162,1 milhões de euros**



**Total: 1.385,2 milhões de euros**

Em termos financeiros, este é um sector tradicionalmente deficitário, em virtude, designadamente, de uma opção política de fixação administrativa de preços abaixo dos custos de produção.

No período em análise, os resultados líquidos – negativos – passaram de 521,2 milhões de euros, em 1996, para 556,2 milhões de euros em 1999, o que traduz uma variação de 6,7% (ou seja uma melhoria de 0,7% em termos reais). Contudo, há que ter em atenção que a esta *performance* do sector não é, de modo algum, alheia a criação da REFER, a qual arrastou a infraestrutura ferroviária – cujos resultados de gestão são igualmente deficitários – para fora do sector.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-241,8	-302,2	-289,6	-428,9
Resultado Financeiro	-195,2	-164,8	-142,3	-131,1
Resultado Corrente	-437,0	-467,0	-431,9	-560,0
Resultado Líquido	-521,2	-500,0	-312,0	-556,2
Cash-Flow	-359,6	-323,5	-100,1	-311,6
Cash-Flow Operacional	-80,2	-125,7	-77,7	-184,3
Resultado Operacional / Activo Total	-4,3%	-4,4%	-4,4%	-6,6%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	-1,4%	-1,8%	-1,2%	-2,8%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-60,3%	-27,8%	-20,1%	-51,7%

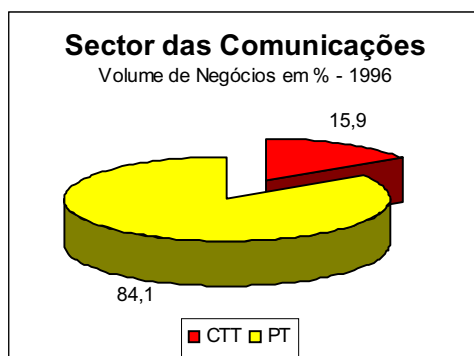
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,15	0,26	0,24	0,17
Capitais Próprios / Passivo	0,18	0,35	0,31	0,20
Activo Fixo / Activo Total	0,87	0,84	0,74	0,81
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,86	0,94	0,97	0,82

Em termos de estrutura financeira, o quadro precedente permite-nos observar que esta não apresenta em 1999 valores muito diferentes dos de 1996, estando as alterações visíveis nos anos intermédios associadas às operações de aumento e redução de capital então efectuadas e, em particular, à alteração decorrente do destaque faseado da infraestrutura ferroviária para a REFER.

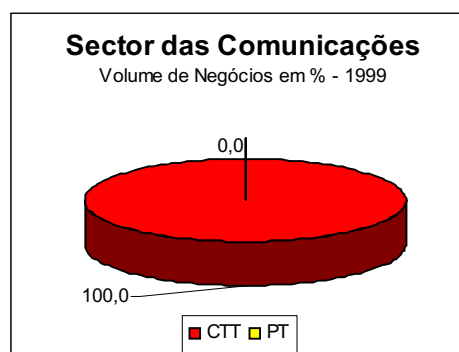
### *Sector das Comunicações*

O sector das comunicações, que em 1996 compreendia os CTT e a Portugal Telecom, está, na actualidade, praticamente confinado à participação nos CTT, dado ser despendida a participação ainda detida na Portugal Telecom.

Em termos de peso, no sector empresarial do Estado, este sector representava cerca de 19,7% do volume de negócios total, em 1996, representando cerca de 4,7% em 1999; sendo o activo o indicador, o peso diminuiu igualmente, de 15,5% em 1996 para 5,1% em 1999. Na origem desta variação encontra-se o esvaziamento da carteira das participações directas do Estado de títulos da Portugal Telecom, que em 1996 representava 84,1% do volume de negócios do sector, seja por reprivatização seja por utilização em operações de aumento de capital, designadamente da CGD e da PARTEST.



**Total: 2695,5 milhões de euros**



**Total: 562,2 milhões de euros**

No que respeita aos resultados líquidos, este sector passou de uma situação fortemente positiva em 1996 (265 milhões de euros, 12% dos capitais próprios) para uma situação mais modesta (7,6 milhões de euros, 4,4% dos capitais próprios) em 1999, em consequência da progressiva alienação da Portugal Telecom.

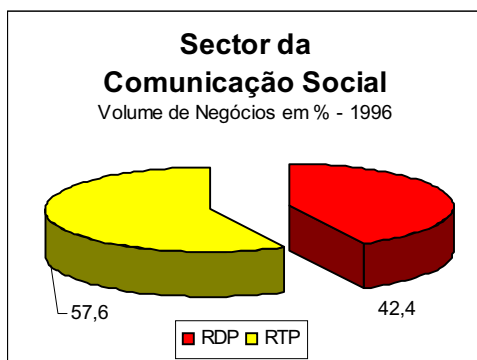
Em termos de estrutura, registo para uma profunda queda do rácio de solvabilidade, relacionada com um menor peso dos capitais próprios nos CTT face à Portugal Telecom.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	746,9	41,6	-0,9	7,6
Resultado Financeiro	-80,8	13,5	7,3	4,1
Resultado Corrente	666,1	55,2	6,4	11,8
Resultado Líquido	265,0	5,5	10,1	18,6
Cash-Flow	890,6	32,8	44,9	55,3
Cash-Flow Operacional	1372,5	68,9	33,9	44,3
Resultado Operacional / Activo Total	14,9%	6,3%	-0,1%	0,4%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	27,4%	10,5%	1,9%	2,2%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	12,0%	3,2%	2,5%	4,4%

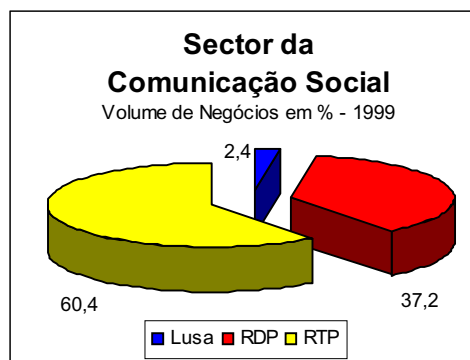
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,44	0,26	0,23	0,21
Capitais Próprios / Passivo	0,79	0,36	0,29	0,27
Activo Fixo / Activo Total	0,77	0,52	0,23	0,21
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,78	0,51	0,98	0,99

### Sector da Comunicação Social

O sector da comunicação social compreende a participação na RTP, na RDP e na Agência Lusa, que – em 2000 – vieram a ser integradas na *holding* Portugal Global.



**Total: 125,7 milhões de euros**



**Total: 160,6 milhões de euros**

Em termos de peso, no sector empresarial do Estado, este sector representava cerca de 0,9% do volume de negócios total, em 1996, representando cerca de 1,3% em 1999; sendo o activo o indicador, o peso aumentou ligeiramente, de 1,4% em 1996 para 1,5% em 1999.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-62,9	-127,4	-93,6	-83,4
Resultado Financeiro	-26,0	-27,0	-26,1	-33,5
Resultado Corrente	-88,9	-154,4	-119,7	-116,9
Resultado Líquido	-91,0	-155,8	-120,2	-118,7
Cash-Flow	-62,2	-104,1	-97,8	-69,9
Cash-Flow Operacional	-34,2	-75,7	-71,2	-34,6
Resultado Operacional / Activo Total	-14,3%	-29,9%	-16,4%	-14,2%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	-7,7%	-17,8%	-12,5%	-5,9%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-622,0%	266,6%	56,9%	36,0%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,03	-0,14	-0,37	-0,56
Capitais Próprios / Passivo	0,03	-0,12	-0,27	-0,36
Activo Fixo / Activo Total	0,27	0,38	0,36	0,32
Capitais Permanentes / Activo Fixo	1,22	1,08	0,84	0,40



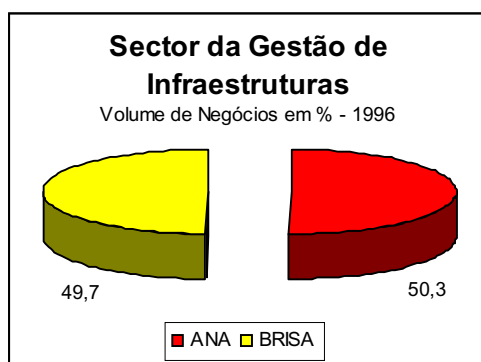
No que respeita aos resultados líquidos, este sector viu agravar-se a respectiva situação, tendo estes passado de -62,9 milhões de euros, em 1996, para -83,4 milhões de euros em 1999, sendo preponderante nesta evolução a situação financeira da RTP.

Em termos de estrutura, registo para um agravamento profundo dos rácios de solvabilidade, evolução igualmente em virtude da situação financeira da RTP.

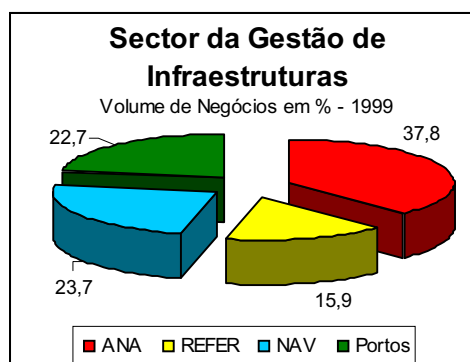
### *Sector da Gestão de Infraestruturas*

Este é um sector que registou um elevado crescimento no período em questão, tendo o respectivo activo crescido cerca de 140% entre 1996 e 1999, passando de 2.465,7 milhões de euros (7,7% do total) para 5.921,9 milhões de euros (15,2% do total); concomitantemente, o respectivo volume de negócios cresceu 13,5%, passando de 3,1% para 4,1% do total.

Para tal contribuíram a criação da REFER, da NAV e da transformação em sociedades anónimas das administrações portuárias, factores que neutralizaram o contributo negativo da saída da BRISA da esfera das participações directas do Estado.



**Total: 430 milhões de euros**



**Total: 487,8 milhões de euros**

Neste período, os resultados líquidos registaram uma quebra, passando de 96,4 milhões de euros (17,4% dos capitais próprios), em 1996, para um resultado negativo de 82,3 milhões de euros (-2,3% dos capitais próprios) em 1999. Tal mudança deve-se à conjugação da saída da carteira da participação fortemente rentável na BRISA com a entrada da participação estruturalmente deficitária na REFER.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	157,9	184,8	8,5	-49,1
Resultado Financeiro	-65,4	-50,1	-1,6	-23,0
Resultado Corrente	92,6	134,7	6,9	-72,1
Resultado Líquido	96,4	135,8	-9,6	-82,3
Cash-Flow	170,1	211,1	6,5	23,2
Cash-Flow Operacional	267,7	301,1	71,5	92,9
Resultado Operacional / Activo Total	6,4%	4,4%	0,2%	-0,8%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	10,9%	7,1%	1,5%	1,6%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	17,4%	7,9%	-0,3%	-2,3%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,23	0,41	0,66	0,60
Capitais Próprios / Passivo	0,29	0,69	1,92	1,51
Activo Fixo / Activo Total	0,85	0,91	0,90	0,92
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,71	0,77	0,95	0,85

Em termos da estrutura financeira, note-se um elevado crescimento do peso dos capitais próprios, seja em termos de activo, seja em termos de passivo, facto que se associa, por um lado, à saída da BRISA (empresa cujo activo havia sido proporcionalmente mais financiado por capitais alheios que as restantes empresas do sector) e, por outro lado, pela transformação em sociedades anónimas das antigas administrações portuárias, as quais apresentam elevados rácios capitais próprios/activo. Registo ainda para o efeito da passagem de um volume muito significativo de infraestruturas ferroviárias para a REFER que, pela sua dimensão, afectou os rácios de solvabilidade de todo o sector.

#### *Sector da Gestão de Eventos e da Requalificação Urbana*

O sector da gestão de eventos e da requalificação urbana é outro sector com um peso crescente no sector empresarial do Estado, sobretudo a partir de 2000. Entre 1996 e 1999, este sector, cujo volume de negócios cresceu de 0,5 milhões de euros para 137,1 milhões de euros, foi basicamente constituído pela Parque Expo 98, reflectindo os indicadores financeiros do sector a *performance* daquela empresa.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	0,7	-1,1	-257,4	-38,1
Resultado Financeiro	-2,5	-1,2	-42,3	-59,3
Resultado Corrente	-1,8	-2,3	-299,7	-97,4
Resultado Líquido	-1,8	-1,9	-298,8	-64,4
Cash-Flow	0,1	0,6	-283,1	-49,0
Cash-Flow Operacional	2,6	1,5	-241,7	-22,6
Resultado Operacional / Activo Total	0,1%	-0,1%	-16,2%	-2,4%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	0,3%	0,1%	-15,2%	-1,4%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-6,5%	-7,4%	325,3%	-68,3%

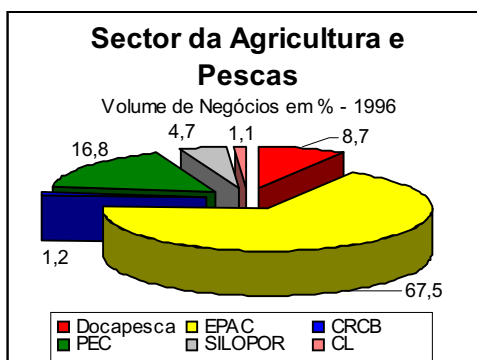
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,03	0,02	-0,06	0,06
Capitais Próprios / Passivo	0,03	0,02	-0,05	0,06
Activo Fixo / Activo Total	0,75	0,74	0,49	0,35
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,70	0,70	0,40	0,97

Em termos de resultados líquidos, estes foram fortemente negativos em 1998, e também em 1999, fruto da realização da Exposição Mundial em Lisboa, facto esperado e coerente com o desenho financeiro plurianual do projecto de requalificação urbana subjacente ao objecto social da Parque Expo 98.

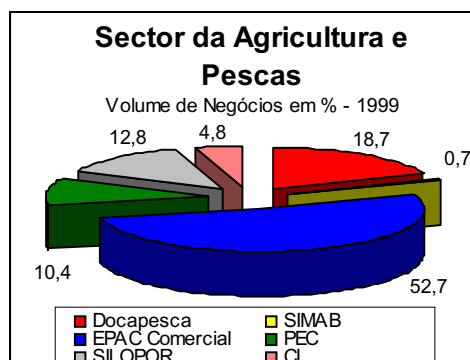
Por outro lado, regista-se para a criação em 1999 de novas empresas designadamente a Porto 2001 e a Portugal 2001, as quais apresentam rácios de capitais próprios face aos respectivos activos elevados, contribuindo, desta forma, para a melhoria registada no valor da solvabilidade do sector em 1999.

### *Sector da Agricultura e Pescas*

O sector da agricultura e pescas é um sector em profunda diminuição de relevância no sector empresarial do Estado, tendo, no período em questão, o respectivo volume de negócios diminuído de 296,8 milhões de euros para 145,8 milhões de euros. Concomitantemente, o respectivo activo cresceu de 503,4 milhões de euros para 638,2 milhões de euros, mantendo contudo o peso de 1,6% no total do sector empresarial do Estado.



**Total: 296,8 milhões de euros**



**Total: 145,8 milhões de euros**

Em termos de resultados líquidos, registo para uma melhoria, tendo estes passado de -47,8 milhões de euros, em 1996, para -17,7 milhões de euros em 1999, evolução que se ficou a dever sobretudo à melhoria dos indicadores de exploração da EPAC.

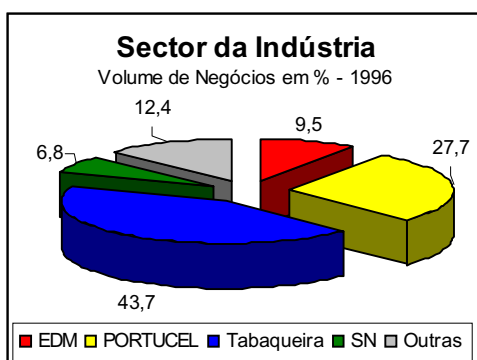
Também no que respeita à estrutura financeira, registo para o facto de a posição dominante da EPAC no sector o ter influenciado de uma forma decisiva, designadamente em termos do peso dos capitais próprios que se reduz acentuadamente entre 1996 e 1999, em virtude da progressiva descapitalização da citada empresa, a qual viria a ser extinta.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-32,7	-24,3	-24,3	-13,9
Resultado Financeiro	-16,9	-5,0	-4,9	-1,1
Resultado Corrente	-49,6	-29,3	-29,2	-15,0
Resultado Líquido	-47,8	-16,8	-25,3	-17,7
Cash-Flow	-16,7	4,3	-3,8	-1,7
Cash-Flow Operacional	-1,6	-3,2	-2,8	2,2
Resultado Operacional / Activo Total	-6,5%	-4,8%	-4,5%	-2,2%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	-0,3%	-0,6%	-0,5%	0,3%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-51,3%	-16,4%	-26,4%	-25,4%

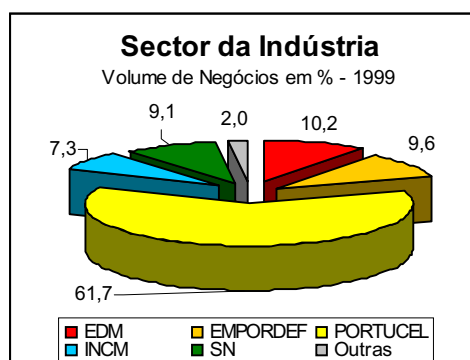
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,19	0,20	0,18	0,11
Capitais Próprios / Passivo	0,23	0,26	0,22	0,13
Activo Fixo / Activo Total	0,45	0,45	0,45	0,56
Capitais Permanentes / Activo Fixo	1,69	1,72	1,43	0,87

*Sector da Indústria*

No sector industrial, o volume de negócios diminuiu de 1.561,2 milhões de euros, em 1996, para 1.063,2 milhões de euros em 1999; para tal evolução contribuiu fortemente a reprivatização da Tabaqueira, que em 1996 era, sob este prisma, a principal participação do Estado no sector da indústria, ocorrida em 1997.



**Total: 1.561,2 milhões de euros**



**Total: 1.063,2 milhões de euros**

Em 1999, a principal participação era já a PORTUCEL, na área da celulose e papel, seguida das participações na área mineira – EDM – e na área da defesa – EMPORDEF.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-16,2	2,1	-18,5	10,1
Resultado Financeiro	-29,4	-37,0	-28,1	-24,7
Resultado Corrente	-45,6	-34,8	-46,6	-14,6
Resultado Líquido	-69,9	-47,2	-20,8	-19,5
Cash-Flow	96,3	109,5	132,5	151,0
Cash-Flow Operacional	150,0	158,8	134,8	180,5
Resultado Operacional / Activo Total	-0,7%	0,1%	-0,7%	0,4%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	6,0%	6,7%	5,0%	7,1%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-6,3%	-6,0%	-2,5%	-2,6%

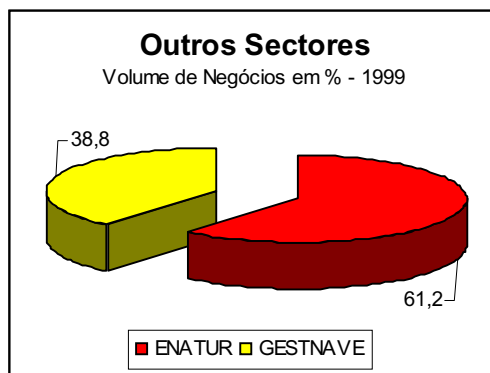
	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,45	0,34	0,31	0,30
Capitais Próprios / Passivo	0,89	0,64	0,69	0,64
Activo Fixo / Activo Total	0,59	0,57	0,58	0,59
Capitais Permanentes / Activo Fixo	1,16	1,03	0,75	0,87

Neste período, os resultados líquidos passaram de -69,9 milhões de euros (-6,3% dos capitais próprios), em 1996, para 19,5 milhões de euros (-2,6% dos capitais próprios) em 1999, tendo sido decisivos para esta recuperação os contributos da melhoria da *performance* financeira da PORTUCEL e das empresas da área da defesa, já consolidadas sob a égide da *holding* EMPORDEF.

Em termos de estrutura financeira registo para uma quebra do peso dos capitais próprios, movimento que traduz a evolução sentida na PORTUCEL onde esta quebra foi de 0,55 para 0,26, no decurso do respectivo processo de reestruturação.

### *Outros Sectores*

Por fim, as participações em outros sectores, que em 1996 se cingia à participação na ENATUR, e em 1999 compreendia igualmente a participação na GESTNAVE.



**Total: 54 milhões de euros**

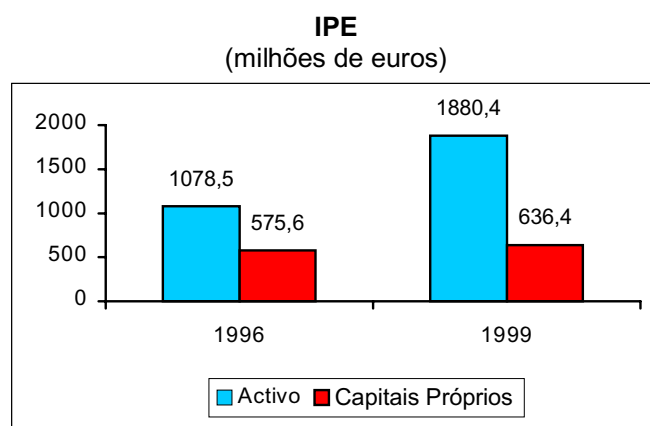
A evolução financeira deste agrupamento de participações é fortemente condicionado pela evolução da GESTNAVE, empresa que é totalmente responsável pela queda dos resultados líquidos de -4,5 milhões de euros para -45,3 milhões de euros entre 1996 e 1999.

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-6,0	-25,8	-45,4	-48,9
Resultado Financeiro	-1,2	-22,5	-2,2	-3,5
Resultado Corrente	-7,2	-48,3	-47,6	-52,4
Resultado Líquido	-4,5	-188,1	-52,5	-45,3
Cash-Flow	1,0	-175,1	-44,8	-32,4
Cash-Flow Operacional	-0,5	-12,7	-37,8	-35,9
Resultado Operacional / Activo Total	-6,2%	-18,1%	-13,8%	-17,7%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	-0,5%	-9,0%	-11,5%	-13,0%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	-38,5%	60,6%	-431,8%	140,2%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,12	-2,18	0,04	-0,12
Capitais Próprios / Passivo	0,14	-0,69	0,04	-0,11
Activo Fixo / Activo Total	0,86	0,63	0,29	0,39
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,21	-2,82	0,67	0,13

### Holdings

Relativamente ao IPE, entre 1996 e 1999 o respectivo activo aumentou 74,4%, tendo, em idêntico período, os respectivos capitais próprios aumentado 10,6%.



O resultado líquido baixou de 42,1 milhões de euros para 33,5 milhões de euros, sobretudo devido a uma quebra dos resultados financeiros, os quais passaram de 13,7 milhões de euros, em 1996, para 2,1 milhões de euros em 1999. Concomitantemente, a rentabilidade dos capitais próprios baixou de 7,3%, em 1996, para 5,3% em 1999.

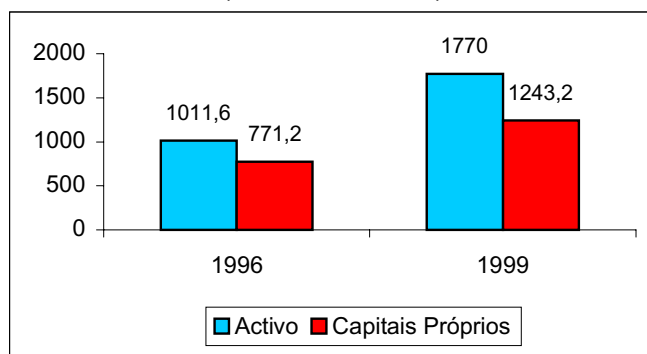
<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-1,3	13,9	-7,1	-2,6
Resultado Financeiro	13,7	15,7	10,9	2,1
Resultado Corrente	12,4	29,6	3,8	-0,5
Resultado Líquido	42,1	21,2	30,6	33,5
Cash-Flow	91,7	62,1	83,2	107,7
Cash-Flow Operacional	48,3	54,9	45,6	71,7
Resultado Operacional / Activo Total	-0,1%	1,1%	-0,4%	-0,1%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	4,5%	4,4%	2,9%	3,8%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	7,3%	3,6%	4,8%	5,3%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,53	0,47	0,40	0,34
Capitais Próprios / Passivo	1,26	0,96	0,72	0,53
Activo Fixo / Activo Total	0,68	0,81	0,86	0,86
Capitais Permanentes / Activo Fixo	0,95	0,67	0,59	0,57

Ao nível dos capitais próprios, registo para uma acentuada descida do respectivo peso, em virtude de um crescimento acentuado, e mais do que proporcional, do activo, concomitante com a entrada na esfera do IPE de participações em empresas como a EDP e a entrada em sectores estratégicos como as águas e o ambiente, cujas necessidades de capital condicionaram a evolução dos rácios de estrutura da empresa.

Relativamente à PARTEST, entre 1996 e 1999 o respectivo activo aumentou 75%, tendo, em idêntico período, os respectivos capitais próprios aumentado 61,2%.

**PARTEST**  
(milhões de euros)





<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
Resultado Operacional	-14,7	-3,8	-3,6	-2,1
Resultado Financeiro	-23,3	68,1	-13,0	26,5
Resultado Corrente	-38,0	64,3	-16,6	24,4
Resultado Líquido	466,5	728,7	462,9	-8,7
Cash-Flow	467,2	730,3	465,0	-7,2
Cash-Flow Operacional	-14,0	-2,2	-1,4	-0,6
Resultado Operacional / Activo Total	-1,5%	-0,2%	-0,2%	-0,1%
Cash-Flow Operacional / Activo Total	-1,4%	-0,1%	-0,1%	0,0%
Resultado Líquido / Capitais Próprios	60,5%	58,8%	37,0%	-0,7%

	1996	1997	1998	1999
Capitais Próprios / Activo	0,76	0,73	0,70	0,70
Capitais Próprios / Passivo	3,21	2,69	2,29	2,36
Activo Fixo / Activo Total	0,86	0,95	0,90	0,90
Capitais Permanentes / Activo Fixo	1,11	0,97	1,07	1,08

O resultado líquido baixou de 466,5 milhões de euros, em 1996, para -8,7 milhões de euros em 1999, sobretudo devido a uma quebra dos resultados extraordinários associada ao abrandamento do ritmo do processo de reprivatizações verificado em 1999. Em consequência, a rentabilidade dos capitais próprios baixou de 60,5%, em 1996, para -0,7% em 1999. Ao nível dos capitais próprios, registo para uma ligeira descida do respectivo peso, a qual não compromete os rácios de solvabilidade, apenas traduzindo uma maior alavancagem do activo.

#### 2.4.2.2. Esforço Financeiro do Estado

O esforço financeiro do Estado nas Empresas pode assumir diversas formas consoante a respectiva finalidade.

Os subsídios à exploração e as indemnizações compensatórias visam o reequilíbrio financeiro das empresas em que, por virtude da actividade exercida, tal se justifique, sendo que, no caso específico das indemnizações compensatórias, a sua atribuição resulta de compensação financeira pelo exercício de obrigações de serviço público.

As dotações de capital visam ora a comparticipação do Estado em investimentos, ora o saneamento financeiro de empresas em situação difícil (também possível pela via da conversão de créditos), ou ambos os objectivos em simultâneo.

No caso de processo de saneamento financeiro, o Estado pode ainda assumir passivos das empresas, regra geral convertidos em dívida pública.

A concessão de garantias pessoais do Estado ou avales, seja na ordem interna seja na ordem externa, é outra das faculdades de apoio do Estado ao respectivo sector empresarial, traduzindo-se em responsabilidades potenciais.

Para além destas formas de apoio, regista ainda para a atribuição de verbas nos termos do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), as quais não constituem um apoio às empresas, outrossim a comparticipação do Estado no co-financiamento de investimentos de construção ou beneficiação de infraestruturas pertencentes ao domínio público.

### *Subsídios e Indemnizações Compensatórias*

Entre 1996 e 2001, o Estado despendeu 790,5 milhões de euros a título de subsídios e indemnizações compensatórias ao abrigo da prestação de serviço público, conforme o quadro seguinte:

#### **Subsídios e Indemnizações Compensatórias Pagos** 1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>Total</b>
<b>Comunicação Social</b>	<b>83,5</b>	<b>63,6</b>	<b>81,3</b>	<b>113,2</b>	<b>341,6</b>
RTP	72,3	51,6	69,8	103,7	297,5
Lusa	8,0	8,2	10,0	9,5	35,6
RDP	3,2	3,7	1,5	0,0	8,5
<b>Transportes</b>	<b>156,6</b>	<b>106,9</b>	<b>100,5</b>	<b>84,8</b>	<b>448,8</b>
Carris	27,4	22,8	20,5	12,1	82,7
STCP	8,7	7,0	5,5	5,0	26,2
Brisa	23,2	3,8	7,3	6,9	41,3
CP	59,9	20,0	10,0	8,7	98,5
Metro	11,1	9,0	7,5	5,0	32,6
REFER	0,0	0,0	10,0	8,7	18,7
TAP	23,8	38,4	34,4	32,4	129,0
SATA	0,7	0,7	0,7	2,2	4,5
ATA	0,0	0,0	0,7	0,7	1,4
Transtejo	1,7	4,0	2,5	1,7	10,0
Soflusa	0,0	1,2	1,5	1,2	4,0
<b>Total</b>	<b>240,1</b>	<b>170,5</b>	<b>181,8</b>	<b>198,0</b>	<b>790,5</b>

Fonte: DGT.

Nota: o valor pago à BRISA em 1996 inclui uma verba de 19,453 milhões de euros a título de comparticipação financeira pelo alargamento do sublanço Almada-Fogueteiro.

Das empresas contempladas, apenas três não pertencem ao universo das participações directas do Estado: a SATA (empresa pública sob a tutela do Governo Regional dos Açores), a ATA (empresa privada que operou a carreira aérea Lisboa-Bragança de 1998 a 2000) e a Soflusa (empresa do universo Transtejo que opera na carreira fluvial Lisboa-Barreiro). Assim, o valor dos subsídios e indemnizações compensatórias pagos a empresas detidas directamente pelo Estado foi, no período, de 780,6 milhões de euros.

Do total dos subsídios e indemnizações pagos nos quatro anos correspondentes ao período em análise, 790,5 milhões de euros, cerca de 448,8 milhões de euros (56,8%) dizem respeito a subsídios e indemnizações por serviço público na área dos transportes e 341,6 milhões de euros (43,2%) dizem respeito a subsídios e indemnizações por serviço público na área da comunicação social. Registo para o facto de, em 1999, a comunicação social representar 57,2% do total dos subsídios e indemnizações (34,8% em 1996) e de os transportes representarem 42,8% (65,2% em 1996). Tal inversão deve-se ao facto de, neste período, ter-se registado um aumento das transferências, a título de indemnização compensatória, para a comunicação social, nomeadamente para a RTP, em virtude da entrada em vigor do novo contrato de concessão do serviço público de televisão, bem como ao facto de no sector dos transportes se ter assistido a um elevado esforço de (re)capitalização das empresas.

### *Dotações de Capital*

Entre 1996 e 1999, o Estado realizou dotações de capital no valor de 3.481,2 milhões de euros, tendo 2.528,4 milhões de euros (72,6%) sido realizados com capitais provenientes do Fundo de Regularização da Dívida Pública e os demais 952,8 milhões de euros (27,4%) sido realizados em espécie por mobilização de títulos.

Para além das dotações de capital em numerário suportadas pelo FRDP, registo para a realização de uma conversão de créditos aquando da transformação em sociedade anónima da Agência Lusa e para a realização de um aumento de capital da TAP suportado pela emissão de obrigações do Tesouro, ambas as operações em 1997.

**Dotações de Capital realizadas pelo FRDP**  
1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999	Total
<b>Comunicação Social</b>	<b>49,9</b>	<b>72,2</b>	<b>149,6</b>		<b>271,7</b>
CTT			149,6		149,6
RTP	49,9	69,8			119,7
Lusa		2,3			2,3
<b>Transportes</b>	<b>274,3</b>	<b>750,7</b>	<b>306,8</b>	<b>149,9</b>	<b>1481,7</b>
CP	124,7	301,7		149,6	576,1
REFER		62,3	49,9		112,2
Metro Lisboa	124,7	274,3	154,6		553,7
Carris		67,3	69,8		137,2
STCP	15,0	24,9	20,9		60,9
Transtejo	10,0	20,0	11,5		41,4
Metro Porto				0,3	0,3
<b>Gestão de Infraestruturas</b>	<b>14,6</b>	<b>67,4</b>	<b>82,6</b>	<b>24,9</b>	<b>189,6</b>
ANAM	1,0	2,3	2,5		5,8
APL			15,0		15,0
EDIA	13,6	22,9	29,9	24,9	91,4
JAE-Construção		42,1	34,9		77,1
NAER			0,2		0,2
<b>Indústria</b>	<b>3,5</b>	<b>15,0</b>	<b>53,9</b>	<b>106,4</b>	<b>178,7</b>
ENVC			17,6		17,6
EDM			13,9		13,9
GALP				90,8	90,8
Urbindústria			3,7		3,7
DRAGAPOR				15,6	15,6
INDEP	3,5				3,5
EMPORDEF		15,0	18,6		33,6
<b>Agricultura e Pescas</b>			<b>7,5</b>		<b>7,5</b>
Docapesca			7,5		7,5
<b>Gestão de Eventos e Requalificação Urbana</b>			<b>65,8</b>	<b>78,6</b>	<b>144,4</b>
Parque Expo 98			65,8	68,8	134,7
Porto 2001				4,7	4,7
Portugal 2001				5,0	5,0
<b>Outras</b>	<b>0,0</b>	<b>109,7</b>	<b>74,8</b>	<b>70,3</b>	<b>254,8</b>
GESTNAVE	0,0	109,7	74,8	70,3	254,8
<b>TOTAL</b>	<b>342,3</b>	<b>1014,9</b>	<b>741,0</b>	<b>430,1</b>	<b>2528,4</b>

Fonte: FRDP.

Nota: este quadro apenas contempla os aumentos de capital em numerário; as dotações de capital referentes aos CTT destinaram-se à cobertura do respectivo fundo de pensões.

**Dotações de Capital em espécie realizadas pela DGT**  
1996 – 1999

<i>milhões de euros / títulos</i>	1996	1997	1998	1999	Total
CP		454,0			454,0
PARTEST	99,8	249,4	149,6		498,8
<b>TOTAL</b>	<b>99,8</b>	<b>703,4</b>	<b>149,6</b>	<b>0,0</b>	<b>952,8</b>
CP		EDP			
PARTEST	EDP	CIMPOR / PT	EDP		

Fonte: DGT.

*Assunção de Passivos*

Entre 1996 e 1999 o Estado assumiu passivos num montante global de 1.102,3 milhões de euros, dos quais 399 milhões de euros (36,2%) corresponderam a operações na TAP, no âmbito do Plano Estratégico e de Saneamento Económico-Financeiro (PESEF) negociado com a Comissão Europeia.

**Assunção de Passivos**

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>Total</b>
CCB	0,3				0,3
CNP	149,4				149,4
COSEC	102,8				102,8
CRCB		7,7	1,1		8,9
CTM / CNN		0,0	57,4		57,4
EPAC				9,8	9,8
FEIS		2,2			2,2
OGMA	10,7			30,7	41,4
Parque Expo' 98				199,5	199,5
Portugal Frankfurt 97				1,9	1,9
Siderurgia Nacional	88,4		41,3		129,7
TAP	199,5	199,5			399,0
<b>Total</b>	<b>551,2</b>	<b>209,5</b>	<b>99,8</b>	<b>241,8</b>	<b>1102,3</b>

Fonte: DGT.

*Garantias Financeiras*

Entre 1996 e 1999, a Direcção-Geral do Tesouro concedeu garantias financeiras a empresas do sector empresarial do Estado num montante global de 3.116 milhões de euros, dos quais 84,9% (2.646,7 milhões de euros) a apenas 6 empresas – BRISA, CP Metropolitano Lisboa, Metro do Porto, Parque Expo' 98 e REFER.

**Garantias da Direcção-Geral do Tesouro a  
Empresas do Sector Empresarial do Estado  
1996 – 1999**

<i>milhões de euros</i>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>Total</b>
ANAM			74,8		74,8
BRISA	199,5	152,1			351,7
CNEMA	5,0				5,0
CP	143,7	207,0		73,8	424,5
EDIA				70,0	70,0
ENVC		24,9			24,9
EPAC	149,6				149,6
GESTNAVE			10,0		10,0
HCB	16,5	34,9			51,4
LISNAVE-EN	17,5	20,0	7,5		44,9
Metro Porto				169,6	169,6
Metropolitano Lisboa	0,1	204,5		224,5	429,1
Parque Expo' 98	149,6	299,3	249,4	299,3	997,6
Quimigal	22,4				22,4
REFER		99,8		174,6	274,3
STCP					0,0
Transtejo	16,2				16,2
<b>Total</b>	<b>720,1</b>	<b>1042,5</b>	<b>341,7</b>	<b>1011,7</b>	<b>3116,0</b>

Fonte: DGT.

Neste período, as responsabilidades do Estado pelas garantias prestadas, conforme o quadro seguinte, cresceram 17,9%, tendo atingido a 31 de Dezembro de 1999 o montante de 3.969,1 milhões de euros.

**Responsabilidades Efectivas do Estado  
por Garantias Prestadas  
Em 31 de Dezembro**

<i>milhões de euros</i>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
<b>Total</b>	<b>3281,3</b>	<b>4077,9</b>	<b>4736,8</b>	<b>3869,1</b>

Fonte: DGT.

#### 2.4.2.3. Dividendos e Remuneração do Capital Investido

Entre 1996 e 1999, o Estado recebeu, a título de dividendos e remuneração do capital investido, o montante global de 1.833,1 milhões de euros, dos quais 1.465,9 milhões de euros (80%) correspondem ao montante recebido de apenas duas empresas – a EDP e a PARTEST.

**Dividendos e Remuneração do Capital Investido Recebidos**  
1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>Total</b>
ANA	19,0	24,9	24,6	24,9	93,5
BRISA			20,5	13,0	33,5
CIMPOR	21,7	7,8	0,4	0,5	30,4
EDP	194,9	269,2	165,1	138,2	767,4
ENDAC	0,1				0,1
ESLI	0,0				0,0
IPE		6,8	3,0	4,6	14,4
INCM	0,6	0,9	1,7	5,0	8,2
Companhia das Lezírias	0,6	0,4	0,5		1,5
PT	47,0	49,9	26,4	21,7	144,9
PARTEST	12,7	404,0	281,7		698,4
PARPÚBLICA					0,0
PETROGAL				33,4	33,4
REN					0,0
SIMAB		0,1			0,1
Sociedade Água do Luso	0,0				0,0
Tabaqueira	3,7		1,8	1,6	7,1
Transmotor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>300,3</b>	<b>764,2</b>	<b>525,6</b>	<b>242,9</b>	<b>1833,1</b>

**Nota:** os valores inscritos como dividendos da ANA e da INCM correspondem a remuneração do capital investido; do montante inscrito, em 1997, como dividendos da Companhia das Lezírias, 187 mil euros correspondem ao pagamento da 3ª prestação dos dividendos líquidos do exercício de 1991; do montante inscrito, em 1997, como dividendos da PARTEST, 74,8 milhões de euros correspondem a distribuição de reservas livres; do montante inscrito, em 1998, como dividendos da EDP, 27,1 milhões de euros correspondem a distribuição de reservas livres; relativamente aos dividendos da PARTEST inscritos em 1998, e relativos a 1997, por Deliberação Social Unânime de 29.09.98 foi determinado o adiamento do pagamento da parte dos dividendos que excedia os 375,6 milhões de euros.

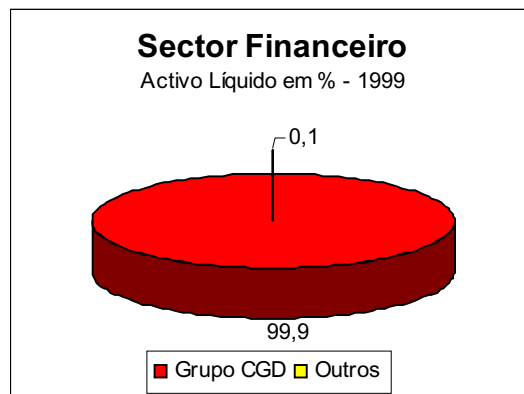
### 2.4.3. Evolução Económica e Financeira das Empresas Públicas Financeiras

#### 2.4.3.1. Evolução Financeira

O sector financeiro, com a já citada operação de reprivatização do Banco de Fomento e Exterior realizada em 1996, encontra-se praticamente reduzido ao Grupo Caixa Geral de Depósitos, o maior grupo financeiro nacional, o qual compreende 99,9% do activo líquido do sector.

Para além deste grupo, que compreende *inter alia* a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Nacional Ultramarino, ambos participados directamente pelo Estado, existiam em 1999, na carteira da DGT, o FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, o FRME – Fundo para a Modernização e Revitalização do Tecido Empresarial e o FRMERMI – Fundo

para a Modernização e Reestruturação do Tecido Empresarial em Regiões de Mono Indústria.



### *Grupo Caixa Geral de Depósitos*

No universo da CGD, o volume predominante, embora tenha decrescido no período em apreço, é protagonizado pela própria Caixa Geral de Depósitos, que em 1999 representava 69,7% do activo líquido consolidado (80,1% em 1996). Destaque ainda para o Banco Nacional Ultramarino, entre diversas participações no sector bancário, segurador e financeiro.

### Activo Consolidado

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	1996	1997	1998	1999
CGD	29270	27439	30277	38338
BNU	6973	6709	7223	7991
Outros	304	7068	11517	8709
<b>Total</b>	<b>36548</b>	<b>41216</b>	<b>49017</b>	<b>55037</b>

<i>estrutura [%]</i>	1996	1997	1998	1999
CGD	80,1	66,6	61,8	69,7
BNU	19,1	16,3	14,7	14,5
Outros	0,8	17,1	23,5	15,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Em termos de recursos registo para um aumento da captação global de cerca de 44,2% entre 1996 e 1999, atingindo o Grupo CGD uma quota de mercado de 30% dos depósitos de clientes em 1999. Em igual ano, a quota de mercado alcançada em termos de crédito a clientes foi de 23,3%.



**Rentabilidade e Solvabilidade**

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
Captação Global	32939	37225	44465	47487
Resultados Líquidos	248	289	351	349
Rácio de Solvabilidade [%]	12,9	11,8	9,5	10,8

Fonte: CGD.

O Grupo CGD apresentou em 1999 um resultado líquido de 349 milhões de euros, um montante 40,6% mais elevado que em 1996; nesse mesmo ano, a rentabilidade em percentagem do activo líquido médio (ROA) foi de 0,7% e em percentagem dos capitais próprios (ROE) foi de 13,3%. Contudo, ao longo do período registou-se uma diminuição do rácio de solvabilidade, o qual passou de 12,9%, em 1996, para 10,8% em 1999.

**2.4.3.2. Esforço Financeiro do Estado***Dotações de Capital*

Entre 1996 e 1999, o Estado realizou dotações de capital no valor de 599,2 milhões de euros, tendo 208,6 milhões de contos (34,8%) sido realizados com capitais provenientes do Fundo de Regularização da Dívida Pública e os demais 390,5 milhões de contos (65,2%) em espécie por mobilização de títulos.

**Dotações de Capital realizadas pelo FRDP**

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>Total</b>
CGD			108,9		108,9
FIEP		39,9			39,9
FRME			44,9		44,9
FRMERMI			15,0		15,0
<b>TOTAL</b>		<b>39,9</b>	<b>168,7</b>		<b>208,6</b>

**Dotações de Capital em espécie**

1996 – 1999

<i>milhões de euros / títulos</i>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>Total</b>
CGD			140,5	250,0	390,5
CGD			PT	GALP	

*Assunção de Passivos*

Entre 1996 e 1999, apenas se efectuou uma operação do género no sector financeiro, mais concretamente na Companhia de Seguros Mundial Confiança, em 1996, no montante de 205,3 mil euros.

**2.4.3.3. Dividendos**

Entre 1996 e 1999, o Estado recebeu dividendos num montante global de 604,9 milhões de euros, tendo sido 12,5 milhões de euros provenientes do Banco de Fomento e Exterior (dividendos distribuídos em 1996, ainda antes da operação de reprivatização) e 592,3 milhões de euros provenientes da Caixa Geral de Depósitos.

**Dividendos Recebidos**

1996 – 1999

<i>milhões de euros</i>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>Total</b>
BFE	12,5				12,5
CGD	86,0	125,3	236,9	144,0	592,3
<b>Total</b>	<b>98,6</b>	<b>125,3</b>	<b>236,9</b>	<b>144,0</b>	<b>604,9</b>

## ANEXO 1

## Participações Directas do Estado (carteira total\*)

Empresa	%
ANA - Aeroportos de Portugal, SA	100,00
ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA	10,00
APA - Administração do Porto de Aveiro, SA	100,00
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	100,00
APL - Administração do Porto de Lisboa, SA	100,00
APS - Administração do Porto de Sines, SA	100,00
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	100,00
AveiroPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, SA	60,00
BejaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Beja, SA	60,00
BragançaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, SA	60,00
CacémPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, SA	60,00
Caixa Geral de Depósitos, SA	100,00
CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, SA	10,00
CoimbraPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, SA	60,00
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	100,00
Companhia Minas de Penedono, SA	25,00
COMUNDO - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, SA	0,00
Cooperativa dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau, SA	53,67
Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré, SA	0,00
COSTAGEST - Empresa de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada, SA	69,09
CostaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Costa da Caparica, SA	60,00
CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP	100,00
CTT - Correios de Portugal, SA	100,00
DECOVIZ - Produtos de Decoração, Ldª	1,67
DILOP - Alimentos do Sul, SA	19,60
DILOP - Charcutaria Cozidos e Fumados, SA	19,60
Docapesca - Portos e Lotas, SA	100,00
EDAB- Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	20,00
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestrutura do Alqueva, SA	100,00
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro (SGPS), SA	96,03
EDP - Electricidade de Portugal, SA	18,96
Empresa Martins & Rebelo - Indústrias Lácteas e Alimentares, SA	37,30
EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), SA	99,00
ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA	24,74
ENDAC - Empresa Nacionade de Desenvolvimento Agrícola e Cingético, SA	100,00
ENU - Empresa Nacional de Urânio, SA	11,00
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA	100,00
EURO 2004	5,00
Eurominas - Electro Metalurgia, SA	0,00
EUT - Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA	24,10
Fábricas Mendes Godinho, SA	75,00
FNM - Produtos Alimentares e de Consumo, SA	18,24
FRME - Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial (SGPS)	90,00
FRMERMI - Fundo para a Modernização e Reestruturação do Tecido Empresarial em Regiões de Mono Indústria (SGPS)	54,55
GaiaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Gaia, SA	60,00
Galp Energia (SGPS), SA	34,80
Gestínsua - Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Móvel, SA	14,96
GESTNAVE - Prestação de Serviços Industriais, SA	99,61
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA	81,64
Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA	0,00
IPE - Investimentos e Participações Empresariais, SA	44,88
LeiriaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Leiria, SA	60,00
Lisnave - Estaleiros Navais, SA	2,97
Matur - Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, SA	0,00
Messa - Indústria de Precisão, SA	40,00
Metalurgia Casal, SA	0,00
Metro do Mondego, SA	53,00
Metro do Porto, SA	10,00
Metro - Metropolitano de Lisboa, EP	100,00
NAER - Novo Aeroporto, SA	10,00
Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural, SA	10,00
NAV - Navegação Aérea de Portugal, EP	100,00
Navotel - Empreendimentos Turísticos, SA	42,15
Nova Vouga - Industrias Alimentares, SA	23,36

\* Excluindo participações em empresas no ex-Ultramar, que não a na Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Empresa	%
PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), SA	100,00
Parque Expo 98, SA	99,07
PEC - Produtos Pecuários e Alimentação, SA	99,98
PolisAlbufeira - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, SA	60,00
PolisCastelo Branco - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Castelo Branco, SA	60,00
PolisCovilhã - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, SA	60,00
PolisGuarda - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, SA	60,00
PolisMatosinhos - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Matosinhos, SA	60,00
PolisVila do Conde - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Conde, SA	60,00
PolisVila Real - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Real, SA	60,00
Porto 2001, SA	86,92
Portugal 2001, SA	100,00
Portugal 2004, SA	98,68
Portugal Global (SGPS), SA	100,00
Portugal Telecom (SGPS), SA	0,00
RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	60,00
Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, SA	0,00
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP	100,00
REN - Rede Eléctrica Nacional, SA	20,00
SetúbalPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, SA	60,00
Siderurgia Nacional - Empresa de Serviços, SA	100,00
SILOPOR - Empresa Silos Portuários, SA	100,00
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	100,00
Sociedade Aguas da Curia, SA	0,01
Sociedade Autódromo Fernanda Pires da Silva	47,63
Sociedade Parques Sintra - Monte da Lua	15,00
Sociedade Têxtil da Cuca, SA	5,87
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	100,00
Sonagi - Soc. Nacional Gestão Investimento, SA	0,01
SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Investimentos no Douro e Trás-os-Montes, SA	8,30
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SA	100,00
TEVITOM - Confecções de Vestuário, Ldª.	0,41
TEVIZ - Têxtil de Vizela, SA	6,82
Torraltal - Club Internacional de Férias, SA	100,00
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, SA	100,00
Ultrena - Sociedade Portuguesa de Comércio de Automóveis, SA	90,00
VianaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, SA	60,00
ViseuPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, SA	60,00

## ANEXO 2

## Participações Directas do Estado (maioritárias e minoritárias relevantes, por sectores)

Sector	Empresa	%
Agricultura e Pescas	Docapesca - Portos e Lotas, SA	100,00
	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	100,00
Comunicação Social	Portugal Global (SGPS), SA	100,00
Comunicações	CTT - Correios de Portugal, SA	100,00
	Portugal Telecom (SGPS), SA	0,00
Energia	EDP - Electricidade de Portugal, SA	18,96
	Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA	81,64
	Gaio Energia (SGPS), SA	34,80
Financeiro	Caixa Geral de Depósitos, SA	100,00
	FRME - Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial (SGPS)	90,00
	FRMERMI - Fundo para a Modernização e Reestruturação do Tecido Empresarial (SGPS)	54,55
Gestão de Eventos/Requalificação Urbana	AveiroPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, SA	60,00
	BejaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Beja, SA	60,00
	BragançaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, SA	60,00
	CacémPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, SA	60,00
	CoimbraPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, SA	60,00
	CostaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Costa Caparica, SA	60,00
	GaiaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Gaia, SA	60,00
	LeiriaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Leiria, SA	60,00
	Parque Expo 98, SA	99,07
	PolisAlbufeira - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, SA	60,00
	PolisCastelo Branco - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Castelo Branco, SA	60,00
	PolisCovilhã - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, SA	60,00
	PolisGuarda - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, SA	60,00
	PolisMatosinhos - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis, SA	60,00
	PolisVila do Conde - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis, SA	60,00
	PolisVila Real - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis, SA	60,00
	Porto 2001, SA	86,92
	Portugal 2001, SA	100,00
	Portugal 2004, SA	98,68
	SetúbalPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, SA	60,00
	VianaPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, SA	60,00
	ViseuPolis - Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, SA	60,00
Gestão de Infraestruturas	ANA - Aeroportos de Portugal, SA	100,00
	ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, SA	10,00
	APA - Administração do Porto de Aveiro, SA	100,00
	APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	100,00
	APL - Administração do Porto de Lisboa, SA	100,00
	APS - Administração do Porto de Sines, SA	100,00
	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	100,00
	EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	20,00
	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestrutura do Alqueva, SA	100,00
	NAER - Novo Aeroporto, SA	10,00
	NAV - Navegação Aérea de Portugal, EP	100,00
	RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	60,00
	REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP	100,00
	REN - Rede Eléctrica Nacional, SA	20,00
	Indústria	EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro (SGPS), SA
EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), SA		99,00
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA		100,00
Siderurgia Nacional - Empresa de Serviços, SA		100,00
Outros	ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA	24,74
	EURO 2004	5,00
	GESTNAVE - Prestação de Serviços Industriais, SA (ex-Lisnave)	99,61
Transportes	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	100,00
	CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP	100,00
	Metro do Mondego, SA	53,00
	Metro do Porto, SA	10,00
	Metro -Metropolitano de Lisboa, EP	100,00
	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	100,00
	TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SA	100,00
	TRANSTEJO - Transportes do Tejo, SA	100,00
Holding	IPE - Investimentos e Participações Empresariais, SA	44,88
Holding	PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), SA	100,00